

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA

Programa de Pós-Graduação em Serviço Social

Paula de Oliveira Purgato

**JOVENS POBRES DA PERIFERIA URBANA E PROJETOS DE VIDA EM TEMPOS
DE CRISE: UM ESTUDO NO CONDOMÍNIO PARQUE DAS ÁGUAS**

**Juiz de Fora
2015**

Paula de Oliveira Purgato

**JOVENS POBRES DA PERIFERIA URBANA E PROJETOS DE VIDA EM TEMPOS
DE CRISE: UM ESTUDO NO CONDOMÍNIO PARQUE DAS ÁGUAS**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Área de Concentração Questão Social, Território, Política Social e Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.
Orientadora: Profa. Dra. Elizete Maria Menegat

Juiz de Fora

2015

Ficha catalográfica elaborada através do programa de geração automática da Biblioteca Universitária da UFJF, com os dados fornecidos pelo(a) autor(a)

Purgato , Paula de Oliveira .

Jovens pobres da periferia urbana e projetos de vida em tempos de crise: um estudo no condomínio Parque das Águas / Paula de Oliveira Purgato . -- 2015.

88 p. : il.

Orientadora: Elizete Maria Menegat

Dissertação (mestrado acadêmico) - Universidade Federal de Juiz de Fora, Faculdade de Serviço Social. Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, 2015.

1. Jovens Pobres. 2. Crise do Capital. 3. Periferia Urbana. 4. Projetos de Vida. I. Menegat, Elizete Maria, orient. II. Título.

A juventude não foi feita para o prazer,
mas para o desafio.

Paul Claudel

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus, por me dar força, coragem e ousadia para concluir o mestrado, que a princípio se colocou como um grande e penoso desafio, superado pela confiança que tenho nas promessas dEle para minha vida, que me levam além e me faz vencedora.

A minha orientadora, Elizete Menegat, pela paciência, compreensão, incentivo e aprendizado. Agradeço por tentar me convencer de que o lugar de onde eu olhava meu objeto de pesquisa era o melhor, ao mesmo tempo, buscando me trazer a realidade para entender a conjuntura e as condições onde os jovens pobres constroem seus projetos de vida. Agradeço pela paciência e incentivo nas orientações.

As professoras Viviane Souza e Mônica Peregrino, participantes na banca de qualificação e defesa, pela disponibilidade, apontamentos e enriquecedoras contribuições. Agradeço por me alertarem a respeito da complexidade do objeto de estudo, pelo reconhecimento do trabalho e incentivo à continuidade da pesquisa.

A professora Cida Cassab, por ter despertado em mim o interesse pela pesquisa e pela juventude, por ter me incluído no grupo de pesquisa e contribuído com a minha formação acadêmica, profissional e humana. A trajetória do mestrado seria mais feliz com a sua orientação, pelo seu olhar apaixonado e apaixonante pela juventude. Agradeço por me incentivar e, muitas vezes, se dispor a iluminar o caminho da pesquisa.

A professora e coordenadora do programa de pós-graduação, Carina Moljo, pela compreensão, apoio e incentivo, por ter me acolhido tão bem no grupo de pesquisa no início da graduação, por depositar expectativas na minha formação e me encorajar com relação ao mestrado, mostrando-se que eu era capaz.

A Bete, secretária do mestrado, sempre tão disponível, preocupada, alegre e encorajadora.

Aos colegas de turma, pelos apertos e sufocos passados coletivamente, pela troca de experiências, trabalhos e resumos. Agradeço de maneira especial à Luzia Amélia, doce e agradável surpresa do mestrado, que se mostrou tão amável, preocupada e presente.

Agradeço de maneira especial as queridíssimas Thaysi Melo, Anete Negreiros e Carla Gebara, pela preocupação e atenção com o meu trabalho. Agradeço pelas leituras, discussões e contribuições, pois sem vocês eu não teria tanto êxito na conclusão da dissertação:

A Thaysi Melo, agradeço pelo desespero compartilhado, pelos trabalhos conjuntos aprovados e publicados em eventos, que renderam viagens que tornaram o período do mestrado mais prazeroso, pelas leituras atentas e críticas do texto, e pelas trocas de indicações de leitura e professores externos.

A Anete Negreiros, agradeço pela paciência, leituras do trabalho, críticas e apontamentos, que me deixavam assustada, mas contribuíram imensamente para o debate teórico e análise das entrevistas. Saiba que meu carinho e admiração por você são imensos.

A Carla Gebara, linda surpresa do CREAS Centro 1, agradeço pelo empenho em me ajudar na reta final, se submetendo a leitura de um trabalho cujo tema não corresponde a sua linha de pesquisa, mas contribuindo, imensamente, para a organização final, da introdução às considerações finais. Agradeço pela paciência, esforço e dedicação em me ajudar a organizar a apresentação, seu incentivo, encorajamento e otimismo me deixaram mais tranquila. Obrigada pela presença na banca de defesa e por bebemorar comigo essa conquista.

Aos amigos do Ministério de Dança Emanuel e Acampamento Juvenil, agradeço pelas orações.

Agradeço à Aninha Kloh, por escutar minha ladainha de lamentações durante o mestrado, por me encorajar e convencer de que eu era capaz. Agradeço pela amizade, companheirismo e cumplicidade. Obrigada por sair de Pet City e estar comigo na banca de defesa, ter sua amizade é saber que Deus me ama e cuida de mim.

Agradeço ao Maycon Lima, pelo incentivo de sempre, amizade da vida e por ter se colocado na defesa com postura de quem está frente a um desafio, em oração constante e zelando por mim. Pode ter certeza que sua atitude, carinho e preocupação fizeram tudo parecer e ser mais leve. Sua amizade é grandiosa.

Aos meus queridos vizinhos, Grazi, Leandro e Gi, por descontraírem meus dias, com as visitinhas inesperadas e os comes e bebes do fim de semana, e pelo apoio e compreensão frente à rotina de estudos.

A diretoria da AMEB, pela compreensão e confiança, e por não desistirem de mim, abrindo mão das minhas horas de trabalho na reta final do mestrado. Agradeço pelas orações e encorajamento, especialmente à Sônia Militão, pela compreensão e cumplicidade.

Aos colegas de trabalho do CREAS Centro 1, experiência que surgiu na reta final do mestrado, abrilhantando e enriquecendo minha formação profissional. Agradeço pelo incentivo, interesse e compreensão dos profissionais, que vivenciaram comigo a tensão dos momentos finais, tranquilizando-me e encorajando. De maneira especial, agradeço à Arlene Motta, pela compreensão e alegria em dividir comigo essa conquista, ter você como coordenadora tem sido enriquecedor profissional e pessoalmente.

A minha mãe, de maneira distinta, todo meu reconhecimento e gratidão, pelas renúncias e esforços para que eu alcançasse o título de mestre. Agradeço por reconhecer meu esforço pelos estudos, por estar comigo nessa longa e dura caminhada, por não me deixar desistir mesmo ante as dificuldades, por acreditar que eu dava conta quando nem eu mesmo acreditava, pelas palavras de conforto e incentivo, por dividir e chorar comigo a alegria de concluir mais essa etapa, e por ser exemplo de esperança e fé. Mãe, a você meu eterno amor e gratidão!

Agradeço, em especial, aos jovens participantes da pesquisa, por não deixarem morrer em mim a esperança de que é possível aos jovens pobres construir projetos de vida alternativos a violência vivenciada diariamente na periferia!

RESUMO

Este estudo busca compreender os processos de elaboração de projetos de vida por jovens pobres que vivem na periferia urbana. Destacamos a análise da crise estrutural do capital e das suas implicações na vida destes jovens, uma vez que vivem mais agudamente as tensões do desemprego impostas pela produção desmedida de excedentes da força de trabalho na atualidade. O cenário social atual impõe exigências excessivas de formação profissional aos jovens para inserção e ascensão no mercado de trabalho e, com isso, a educação passa a ter significado e importância na transição para a vida adulta, embora não garanta empregabilidade. A pesquisa busca analisar as condições subjetivas encontradas pelos jovens pobres na construção de seus projetos de vida e as múltiplas determinações que podem induzir a formação de um projeto que não é dele, mas para ele, trabalhando com os jovens residentes no Condomínio Parque das Águas, localizado na periferia urbana de Juiz de Fora.

Palavras-chave: Jovens Pobres, Crise do Capital, Periferia Urbana, Projetos de Vida.

ABSTRACT

This study seeks to understand the development process of life projects by poor young people living in the urban periphery. We emphasize the analysis of capital's structural crisis and its implications in the lives of these young people, since they live more acutely the tensions of unemployment imposed by the excessive production of surpluses workforce today. The current social scenario impose excessive requirements of vocational training for the young people for the insertion and ascension the job market and, thus, education acquires a significance and importance in the transition from youth to adulthood, although it doesn't guarantee employability. The research focus to analizing the subjective conditions encountered by poor young people in the construction of their life projects and the multiple determinations that can induce in formation of a project that's not his, bur for him, working with young people living in the Condominium Parque das Águas, located in the urban periphery of Juiz de Fora.

Keywords: Poor Young, Capital Crisis, Urban Periphery, Projects of Life.

Sumário

INTRODUÇÃO.....	12
CAPÍTULO 1 – CRISE DO CAPITAL E CRESCIMENTO DOS EXCEDENTES DA FORÇA DE TRABALHO: A JUVENTUDE COMO ALVO	18
1.1 - A crise da década de 1970: limite estrutural do capital	18
1.2 - A crise estrutural do capital: implicações na vida dos jovens pobres	27
1.3 - Desigualdades socioespaciais: sintomas da crise na periferia urbana	36
CAPÍTULO 2 – DESTINOS DA JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE.....	42
2.1- Juventude enquanto categoria social.....	42
2.2- As implicações da dinâmica socioespacial na vivência da juventude pelos jovens pobres ⁴⁸	
2.3- A vivência da juventude na contemporaneidade	54
CAPÍTULO 3 – JOVENS POBRES DA PERIFERIA URBANA E PROJETOS DE VIDA: UM ESTUDO NO CONDOMÍNIO PARQUE DAS ÁGUAS	61
3.1- As particularidades do local de moradia dos jovens entrevistados	61
3.2- O projeto de vida dos jovens: presente e futuro	67
CONSIDERAÇÕES FINAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82

INTRODUÇÃO

Este estudo parte da compreensão da juventude enquanto categoria heterogênea, que “assume faces diferentes de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontram” (CASTRO e ABRAMOVAY, 2003, P. 25). Busca-se compreender a juventude a partir da diversidade de pertencimento de classe social, sexo, etnia e trajetórias de vida, o que determina o reconhecimento de juventudes. O debate sobre juventude construído neste trabalho se dá a partir do recorte de classe, com opção por estudar os jovens pobres¹, que encontram limitações materiais e subjetivas para vivenciar sua condição juvenil, o que interfere, diretamente, nos seus projetos de vida.

Considera-se o projeto de vida a construção de algo a ser realizado a partir de escolhas e possibilidades colocadas no tempo presente, por meio de experiências socioculturais, das vivências e interações interpessoais (Mendes, 2008). Portanto, ao questionar sobre o projeto de vida de um jovem é preciso estar atento às condições nas quais esse projeto é construído, tendo em vista que são múltiplas as determinações que implicam na construção desse projeto, dentre as quais as condições impostas pela dinâmica socioespacial.

A justificativa para os propósitos deste estudo corresponde à importância da discussão teórica sobre a juventude e, sobretudo, pelos desafios postos a esse segmento diante da conjuntura social atual, marcada pela crise estrutural do capital e suas implicações na vida social. O interesse da autora pela temática surgiu a partir das inquietações suscitadas no decorrer do período da graduação, enquanto bolsista de iniciação científica no grupo de pesquisa “Geração, Trabalho e Espaço”, que acenou muitos caminhos para a compreensão da juventude, dentre os quais se destaca o reconhecimento de três destinos (Heller, 1987) comumente trilhados pelos jovens pobres: a inserção nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado, no mercado de trabalho ou nas políticas da assistência social.

A partir do reconhecimento destes três destinos e da experiência de vivência da periferia pela pesquisadora, a dimensão do território e a dinâmica socioespacial ganham relevância, visto que se colocam como um critério de diferenciação na vivência da juventude. Sendo assim, constituem-se enquanto fatores importantes na construção da trajetória de vida

¹ O termo jovens pobres busca situar o indivíduo na sociedade a qual pertence e a pobreza como fenômeno que os afeta. Nesse sentido, o entendimento de pobreza “refere-se a distintas formas de privação de bens materiais e simbólicos fundamentais a vida. Propõe pensar a pobreza não apenas como uma categoria econômica ou apenas política, mas como algo que está presente na própria produção da subjetividade dos indivíduos. Uma condição que coloca em risco a própria condição humana.” (CASSAB, 2009, p.14). A condição de pobreza experimentada pelos jovens pobres não se restringe à questão da renda, mas diz respeito a condições mais amplas, como a falta acesso, uso e apropriação da cidade.

dos jovens, tendo em vista que interferem diretamente na sociabilidade, na restrição da mobilidade nos espaços da cidade e na construção de identidade (Fernandez, 2012).

O presente trabalho busca compreender de que maneira a particularidade da formação social onde o jovem se desenvolve interfere na construção e realização de seus projetos de vida, tendo em vista que, ao estarem inseridos em realidades urbanas marcadas pela precariedade e ausência, bem como por formas de violência diversas, os jovens, especialmente, os jovens pobres, sujeitos da pesquisa, acabam tendo suas vidas marcadas por oportunidades reduzidas.

O presente trabalho faz, portanto, um debate sobre a juventude a partir de um recorte de classe, abordando questões concernentes aos jovens moradores de um bairro da periferia do município de Juiz de Fora-MG. Esses jovens encontram muitas limitações, materiais e subjetivas, para vivenciar sua condução juvenil, além do acesso restrito ou nulo aos bens e serviços oferecidos na cidade, se defrontam com limitadas experiências de sociabilidade que acabam por restringir suas experiências e influenciar seus projetos de vida.

Os jovens da pesquisa são moradores de um conjunto habitacional do Programa Minha Casa Minha Vida², inaugurado em Juiz de Fora em 2012, localizado na região periférica da Zona Norte da cidade. O empreendimento, denominado Parque das Águas, possui a dimensão de um bairro, contando com mais de 500 moradias, no entanto, enfrenta a falta de equipamentos urbanos básicos e essenciais, como creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer e transporte público precário, que faz com que os moradores tenham que recorrer aos equipamentos disponíveis no bairro vizinho, Monte Castelo, embora não sejam reconhecidos como pertencentes àquele território, enfrentando estigmas e preconceitos, especialmente os jovens.

A opção por trabalhar com os jovens residentes no Parque das Águas se deu pela inserção provisória da pesquisadora no Núcleo de Pesquisa Geografia e Espaço (NuGea), da Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, que desenvolve um projeto de extensão³ no empreendimento. Compreende-se que, apesar de serem moradores recentes

² O Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) é um programa do Governo Federal, lançado em 2009, que tem como objetivo a construção de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda, que não tem acesso à moradia de modo regular e formal, via mercado. O gestor do programa é o Ministério das Cidades e a Caixa Econômica Federal é responsável pela operação e financiamento, contrata as construtoras responsáveis pela execução das obras dos empreendimentos, responsabilizando-se pela entrega dos imóveis dentro do prazo estipulado, prontos para moradia e legalizados.

³ O projeto de extensão desenvolvido pelo Núcleo de Pesquisa Geografia e Espaço (NuGea), da Faculdade de Geografia da Universidade Federal de Juiz de Fora, é denominado “O Programa Minha Casa Minha Vida na

no local, a mudança para o empreendimento trouxe importantes implicações nas condições e relações sociais desses sujeitos. Os bairros de origem de todos os jovens são de regiões periféricas da cidade, nesse sentido, a dificuldade de acesso aos equipamentos públicos, bem como a distância do Centro, faz parte da realidade de vida dos mesmos, no entanto, no empreendimento enfrentam a particularidade de serem estigmatizados por pertencerem àquele território, marcado pelo alto índice de violência noticiado pela mídia local desde a inauguração, que faz com que todos os moradores sejam caracterizados negativamente, subjugados como violentos, particularmente os jovens.

A mudança para o Parque das Águas impactou, diretamente, nas redes de relação e proteção social dos sujeitos. A ida para o empreendimento representou não somente uma mudança de endereço, mas implicou na mudança de escola, de igreja, de redes de proteção, etc.. As ações empreendidas pelo PMCMV desconsideraram as redes de solidariedade e de pertencimento estabelecidas pelos sujeitos no ato de habitar, e as famílias, ao serem alocadas para outras regiões, por meio de sorteio, tiveram suas redes de relação e proteção social desfeitas, sendo obrigadas a buscar (re)construir suas identidades. Os jovens, que vivenciam permanente e contínuo processo de construção e transformação de si por meio da constante relação com outros, são diretamente impactados, o que implica na construção de seus projetos de vida.

Para os propósitos deste estudo optou-se pela realização da pesquisa qualitativa, por meio de entrevistas semi-estruturadas, considerando que estas permitem “enumerar de forma mais abrangente possível as questões que o pesquisador quer abordar no campo, a partir de suas hipóteses e pressupostos, advindos, obviamente, da definição do objeto de investigação” (MINAYO, 1994, p. 121).

As entrevistas foram realizadas com seis (6) jovens residentes no empreendimento Parque das Águas, que cursam o ensino médio diurno na Escola Estadual Deputado Olavo Costa, no bairro Monte Castelo, vizinho ao empreendimento, buscando conhecer seus projetos de vida e identificar de que forma as desigualdades e particularidades da localidade onde se encontram podem influenciar na construção e realização de seus projetos.

A busca pelos jovens na escola se deu pela facilidade de acesso à mesma e aos jovens, por meio do NuGea, que por estar desenvolvendo projeto de extensão na localidade teve acesso aos equipamentos, no intuito de levantar dados sobre os serviços e equipamentos da

realidade de uma cidade média e seus impactos no ordenamento urbano e na (re)definição das identidades territoriais dos jovens residentes”, e pretende reconhecer as relações do empreendimento Parque das Águas – MCMV, com seu entorno, dimensionando os impactos nas redes de equipamentos coletivos e no processo de des-re-territorialização e construção de identidades territoriais dos jovens residentes.

região que atendem os moradores do Parque das Águas. No levantamento realizado, a Escola Estadual Deputado Olavo Costa é a mais próxima do empreendimento a ofertar ensino básico e médio. Desde a inauguração do empreendimento houve um aumento no número de matrículas nos três turnos da escola, somando um total de 110 novos alunos. No ano de 2014, no entanto, o turno noturno foi fechado devido à evasão escolar, somado a exposição da escola, a falta de segurança e o reduzido número de funcionários.

O primeiro contato com a escola se deu por meio de uma visita e conversa com o diretor, a fim de apresentar a proposta de trabalho e ver as possibilidades de realização das entrevistas com os alunos do ensino médio, moradores no Parque das Águas. A direção reconheceu a importância em trabalhar com os jovens do empreendimento e apontou as implicações da dinâmica do local na vida dos sujeitos.

As entrevistas foram realizadas na escola e a escolha dos jovens se deu de forma aleatória, pela diretoria, devido ao reduzido número de alunos do empreendimento matriculados no ensino médio diurno da escola, bem como ao encerramento do ano letivo, que diminuiu a frequência dos alunos às aulas. As entrevistas foram realizadas em duas etapas, no mês de novembro de 2014, onde inicialmente trabalhou-se individualmente com todos os jovens e, posteriormente, em grupo com três dos jovens envolvidos na pesquisa. Participaram da pesquisa quatro (4) estudantes do segundo ano do ensino médio e dois (2) estudantes do terceiro ano, alunos do turno diurno da escola referida, todos com idade entre 16 e 18 anos.

As primeiras entrevistas foram realizadas com os seis (6) jovens apontados pela diretoria, buscando trabalhar questões pertinentes à pesquisa como o entendimento de juventude, os projetos de vida dos jovens, o que levou a construção desse projeto, quais as facilidades e dificuldades identificadas na sua realização, a influência do território e das relações, e as mudanças identificadas pelos jovens com a vinda para o Parque das Águas. A partir das entrevistas iniciais viu-se a necessidade de retornar ao campo, visto que algumas questões pertinentes à pesquisa não haviam sido satisfatoriamente respondidas, bem como outras questões sinalizadas nas falas dos jovens mostraram-se interessantes para o desenvolvimento deste estudo.

No segundo movimento, buscou-se conhecer o entendimento da periferia pelos jovens, as diferenças que identificam entre os bairros de origem e o Parque das Águas, as dificuldades vivenciadas no empreendimento, as dificuldades que consideram encontrar para realização do projeto de vida, o significado da realização do mesmo, quais mudanças trariam, e o significado da possibilidade de não realização do projeto almejado, com apontamento de

alternativas. Para tanto, recorreu-se a utilização de recurso midiático, por meio da utilização de um trecho do filme “5x favela agora por nós mesmos”⁴, na tentativa de dinamizar o processo de entrevista e facilitar a exposição das ideias no grupo. Participaram da segunda rodada três (3) alunos que haviam participado das primeiras entrevistas, sendo estabelecido como critério de escolha a facilidade de comunicação e expressão e clareza na exposição das ideias.

A lógica de exposição da dissertação se divide em três capítulos, buscando discutir as categorias teóricas centrais para o estudo em relação com o objeto.

No primeiro capítulo é apresentado o contexto social e econômico no qual é construído o projeto de vida dos jovens. Nesse sentido, apresenta-se a discussão a respeito da crise estrutural do capital, que inaugura uma nova temporalidade histórica no desenvolvimento civilizatório, ocasionando reestruturações nas mais diversas instâncias da vida social. Dentre os fenômenos sociais qualitativamente novos destacamos o desemprego estrutural, o crescimento exponencial da força de trabalho excedente e o aumento da pobreza e da miséria, bem como seus reflexos sobre a juventude. Atenta-se ainda para os reflexos da crise no que se refere à organização do território, que tem evidenciado a dinâmica de segregação socioespacial dos sujeitos de classe, limitando suas experiências e interferindo nas trajetórias de vida.

No segundo capítulo, busca-se apresentar a discussão teórica sobre a categoria juventude, enquanto conceito construído socialmente, que adquire sentidos e significados diversos de acordo com o contexto sócio-histórico e cultural. Sinaliza-se a abordagem relativa aos jovens na contemporaneidade, marcada pela visibilidade dos mesmos enquanto protagonistas e vítimas de violência, bem como pela dramaticidade de sua condição de segmento mais atingido pelas transformações no mundo do trabalho, buscando apontar os possíveis destinos dos jovens pobres. Discute-se, ainda, a respeito da diversidade das experiências juvenis, buscando apontar as implicações da dinâmica socioespacial na vivência da juventude pelos jovens da periferia.

No terceiro capítulo apresentam-se as experiências dos jovens pesquisados e seus projetos de vida. Sinalizam-se, inicialmente, as particularidades do local de moradia, para em

⁴ O filme “5x favela – Agora por Nós Mesmo” é um longa-metragem brasileiro concebido, escrito e realizado por jovens moradores de favelas do Rio de Janeiro. O filme é dividido em cinco episódios, tendo sido o primeiro utilizado na condução da entrevista. O 1º Episódio “Fonte de Renda” conta a história de um jovem da periferia que consegue passar no vestibular, mas logo encontra-se em situação difícil na hora de arcar com os livros, alimentação e transporte. O jovem encontra na venda de drogas para os colegas da faculdade uma fonte de renda para concluir o curso, formando-se em direito.

seguida apresentar os projetos construídos pelos jovens, significados no tempo presente. O terceiro capítulo concentra a análise dos resultados encontrados no processo de pesquisa, com apontamentos para as considerações finais, apresentadas na sequência.

CAPÍTULO 1 – CRISE DO CAPITAL E CRESCIMENTO DOS EXCEDENTES DA FORÇA DE TRABALHO: A JUVENTUDE COMO ALVO

Considerando-se que os projetos de vida são construídos e significados a partir da realidade concreta em que os jovens se produzem e reproduzem, devemos estar atentos para as condições nas quais esse projeto é construído, a fim de avaliar quais condições subjetivas o jovem encontra para realização de seus projetos de vida e se as múltiplas determinações não impelem a formação de um projeto que não é dele, mas para ele. Diante disso, torna-se pertinente uma discussão acerca da crise estrutural do capital, uma vez que os desdobramentos decorrentes da mesma influenciam diretamente nas diversas instâncias da vida social, trazendo implicações à vida e trajetória dos jovens, sujeitos da pesquisa.

1.1 - A crise da década de 1970: limite estrutural do capital

A crise pela qual o capitalismo passa atualmente é considerada por diversos analistas como uma crise estrutural do capital, que emergiu em meados da década de 1970, inaugurando uma nova temporalidade histórica no desenvolvimento civilizatório. O estágio atual do desenvolvimento capitalista é caracterizado por um conjunto de fenômenos qualitativamente novos, que incidem sobre a totalidade da vida social, sendo caracterizado por Mézáros (2009) como um estágio necessariamente destrutivo.

As crises sucessivas pelas quais passa o capitalismo são inerentes ao próprio sistema, se dão em decorrência dos limites postos ao processo de valorização do capital. A perpetuação do capitalismo implica no equilíbrio entre a continuidade da valorização e a exploração da força de trabalho, mas, historicamente, o capital tem se esforçado para se livrar do trabalho vivo, por meio de investimentos em capital constante, o que tem ocasionado o acirramento dos processos contraditórios da lógica capitalista.

O processo de valorização do capital que em um primeiro momento se dá por meio do processo de exploração, pela extração de mais-valia gerada no âmbito da produção pela força de trabalho⁵, efetiva-se por meio do ato da circulação, determinado pelo mercado. Ao

⁵ Marx ao explicar o processo de produção de mais-valia desconstrói a noção de que a mesma se dá na esfera da circulação por simples acréscimo de valor no momento da venda da mercadoria comprada de outrem. A mais-valia é gerada no processo de produção das mercadorias, é criada pela força de trabalho e se configura pela exploração do trabalho pelo capital. O capitalista paga pela força de trabalho, enquanto mercadoria, o valor do

capitalista não basta apenas extrair mais-valia porque as mercadorias precisam circular, sob pena de perder todo seu capital (Marx, 1984). Logo, quando a valorização não se realiza no consumo as crises se manifestam, e cabe a capital encontrar meios para continuar seu processo de valorização.

Em momentos de crise, o capital sempre busca estratégias para tentar superar as mesmas, tais como a expansão da lógica capitalista para regiões inexploradas do planeta, onde existe mão-de-obra abundante e barata, ou recorrendo ao Estado para sua reconstrução e consolidação, como se deu, segundo Kurz (1993), com o mercantilismo de Bismarck e o intervencionismo Keynesiano.

As crises “são sempre soluções momentâneas violentas das contradições existentes, irrupções violentas que restabelecem momentaneamente o equilíbrio perturbado” (MARX, 1984, p. 188). Para Marx as crises são inerentes ao próprio sistema, sendo responsáveis por um novo impulso, por uma nova onda de valorização do capital. Mas, o sistema capitalista, a despeito de seu caráter ilimitado, e como construção histórica, inevitavelmente, deve encontrar seu próprio limite, e como afirma Harvey (2011, p. 45-45), “embora Marx claramente admitisse a criatividade do capitalismo, ele [...] enfatizou sua autodestruição”.

As sucessivas crises pelas quais passa o capitalismo podem sinalizar a continuidade ou o limite de sua forma, possibilitando ao capital se reconstruir, ou não, a partir de outras bases. Analistas apontam a crise atual como limite do sistema capitalista. Após a crise de 1970 e seu acirramento em 2008 é visível a dificuldade do capitalismo de impulsionar um novo ciclo de crescimento, visto que ela afeta o sistema em sua totalidade, por ser um sistema plenamente amadurecido e globalizado.

O capitalismo, atualmente, confronta-se globalmente com seus próprios problemas, que não podem mais ser adiados, nem realimentados pelo próprio sistema, sinalizando o caráter estrutural da crise. Sendo estrutural, e não apenas conjuntural como as sucessivas crises do capitalismo, fica impossibilitada de ser remodelada a partir de uma nova forma ainda nas bases do sistema capitalista, o que sinaliza a necessidade de mudanças na estrutura que a criou, precisa ser enfrentada por meio de medidas estruturais e permanentes.

Os primeiros sinais da crise estrutural são visíveis na entrada dos anos 1970 com esgotamento da “onda longa expansiva” da dinâmica capitalista, que garantiu ao capital, na sequência da Segunda Guerra Mundial, mais de duas décadas de significativo crescimento

“tempo socialmente necessário para sua reprodução”, mas utiliza a força de trabalho por uma jornada superior ao tempo socialmente necessário, o que gera a mais-valia. (Marx, 2012).

econômico. Após seu exaurimento, se desencadeia uma *onda recessiva* de acumulação de capital, marcada por uma série de reestruturações capitalistas e pela conjunção “globalização”/“neoliberalismo”.

Embora o cenário dos anos 1970 suscite várias explicações acerca da crise, ainda que diferenciadas, são unânimes em reconhecer o caráter estrutural da mesma e as dificuldades colocadas ao funcionamento do sistema capitalista. A análise da crise estrutural é realizada neste trabalho a partir da leitura realizada por Mézaros (2009), Harvey (2011) e Kurz (1993,1998), que embora tenham explicações diferenciadas acerca da crise, reconhecem seu caráter estrutural em decorrência das dificuldades colocadas ao funcionamento do sistema pela impossibilidade de valorização capitalista pelos meios tradicionais, que exige que o capital busque novos fluxos para o capital excedente, como o investimento no setor imobiliário e setor financeiro, por exemplo.

A crise de 1970 é marcada pela estagnação econômica e impossibilidade de valorização capitalista pelos fluxos tradicionais, o que ocasiona a procura por novos fluxos para o capital excedente. Diante das barreiras postas à valorização do capital, decrescem as possibilidades de inserção progressiva de uma grande massa de trabalhadores no circuito de troca capitalista, impondo dificuldades a funcionalidade do próprio sistema.

As grandes transformações desencadeadas pelo processo de crise não se limitam ao campo econômico, mas está destinada a torná-la uma crise generalizada, que “vai se tornar muito mais profunda no sentido de invadir não apenas o mundo das finanças globais mais ou menos parasitárias, mas também todos os domínios da nossa vida social, econômica e cultural” (MÉSZÁROS, 2009, p. 17).

É o que se observa por meio das reestruturações capitalistas atuais nas mais diversas instâncias da vida social. O sistema mundial do capital como sistema global reestruturou-se efetivamente numa dimensão inédita, tomando-se como exemplo a reestruturação produtiva que impulsionou uma série de inovações organizacionais, tecnológicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral; a reestruturação política do capital por meio da constituição do Estado neoliberal; e o pós-modernismo e o neopositivismo que permearam a reestruturação cultural.

Mézaros (2009, p. 41) considera que “o conjunto do sistema esteja se aproximando de certos *limites estruturais* do capital”. Para o autor a crise teria se iniciado com as revoltas de maio de 68 e seus desdobramentos “salientavam dramaticamente a intensificação da crise estrutural global do capital”, eclodindo na década de 1970 e se agravando em 2007 com a explosão da bolha habitacional dos Estados Unidos.

Mészáros (2009), portanto, considera o capital um sistema estruturalmente em crise, visto que afeta a totalidade do complexo social e todas as relações entre as partes que a constituem. Com isso, não pode ser encarada nem enfrentada nos mesmos termos que as crises periódicas ou conjunturais, cíclicas do capital.

Sua natureza não pode ser explicada, como foi tentado de início, apenas em termos de uma crise *cíclica* tradicional, uma vez que tanto o âmbito como a duração da crise a que fomos submetidos nas últimas décadas superam hoje os limites historicamente conhecidos como crises cíclicas. (MÉSZÁROS, 2009, 41)

Ao contrário das crises cíclicas do capitalismo que podem ser compreendidas e resolvidas dentro da estrutura do próprio sistema, a crise atual afeta a própria estrutura estabelecida como um todo, demandando medidas estruturais e permanentes.

Mészáros constata que a crise atual tem se gestado de forma silenciosa e orienta que o caráter não-explosivo de uma crise estrutural prolongada, em contraste com as grandes tempestades, nas palavras de Marx, ocasionadas pelas crises conjunturais periódicas, pode conduzir a estratégias fundamentalmente mal concebidas, uma vez que a interpretação sob a ausência de tempestades pode supor a evidência de estabilidade indefinida do capitalismo.

Para Mészáros (2009) o capital adentra em uma nova fase, inédita de *crise estrutural, marcada pelo continuum depressivo*. Embora haja alternância em seu epicentro, a crise se mostra duradoura, sistêmica e estrutural. Ao contrário dos ciclos de expansão que conformavam o capitalismo ao longo de sua história, alternando períodos de expansão e crise, desde os fins dos anos 1960 e início dos 1970, o capitalismo se encontra mergulhado no que Mészáros denomina como *depressed continuum*, que conforma as características de uma crise estrutural.

Harvey (2011) distingue a crise da década de 1970 das anteriores por considerar ter esta um caráter global, atingindo todas as economias do mundo, e por sua difícil superação, visto ter se originado no setor imobiliário.

Crises associadas a problemas nos mercados imobiliários tendem a ser mais duradouras que as crises curtas e agudas que, às vezes, abalam os mercados de ações e bancos diretamente. Isso porque [...] os investimentos no espaço construído são em geral baseados em créditos de alto risco e de retorno demorado: quando o excesso de investimento é enfim revelado [...], o caos financeiro que leva muitos anos a ser produzido leva muitos anos para se desfazer. (HARVEY, 2011, p. 14)

Para Harvey (ibidem) a crise é resultado de obstáculos colocados para a acumulação de capital decorrente da falta de mercado, que faz com que o excesso de capital acumulado na produção, incapacitado de dinamizar a economia pelos fluxos tradicionais, precise ser (re)investido em outros setores.

Segundo Harvey (ibidem) há um excesso de liquidez no mundo que faz com que uma massa crescente de dinheiro esteja à procura de algo rentável para colocar-se. O autor cita a financeirização enquanto uma forma de lidar com o problema da absorção de excedente e destaca, sobretudo, o investimento no setor imobiliário, que se coloca como alternativa para contornar as barreiras que se colocam a acumulação do capital, desempenhando um papel especialmente ativo na absorção da produção excedente.

Segundo Harvey (ibidem) as barreiras à acumulação sempre foram vencidas pela dinâmica do próprio capital, que encontra nos mercados livres e nos arranjos institucionais modos de se organizar e garantir seu fluxo. O autor reconhece as estratégias criadas no decorrer da história para escoar o excedente de capital e continuar o processo de valorização, como por exemplo, o processo de urbanização que se constituiu enquanto meio para viabilizar a reestruturação do capital.

De acordo com Harvey (ibidem) desde a crise de 1973 o capital excedente vinha sendo escoado para bancos do mundo inteiro, especialmente os de Nova York, visto que um excedente de capital vinha sendo gerado sem que pudesse ser reinvestido na produção, que deixara de ser um mercado rentável. Tende em vista que o fluxo de excedente era muito grande e que se tornava necessário aos bancos escoar esse capital, as instituições financeiras investem em vários setores, dentre eles o citado mercado imobiliário, tido como setor promissor, mas que, no entanto, começa a desmoronar em 2007.

Harvey considera a crise de 2008 como aprofundamento do que já vinha acontecendo desde a década de 1970. A crise teve como epicentro o setor imobiliário dos Estados Unidos, mas seus efeitos foram sentidos, em maior ou menor grau, em todo o mundo, em decorrência do caráter global do capital financeiro.

Esta foi, sem dúvida a mãe de todas as crises. No entanto, também deve ser vista como o auge de um padrão de crises financeiras que se tornaram mais frequentes e mais profundas ao longo dos anos, desde a última crise do capitalismo nos anos 1970 e início de 1980. (HARVEY, 2011, p. 13)

O debate que Harvey realiza a respeito da crise se inscreve na concepção sobre a incapacidade de eterna valorização do capital, em decorrência dos problemas acumulados ao

longo do processo histórico de seu desenvolvimento, utilizando-se de mecanismos artificiais para sua valorização. Para o autor, o próprio sistema social está em crise, uma crise sistêmica.

A análise da crise realizada por Kurz (1998) é também conclusiva de que a mesma se constitui enquanto crise sistêmica, uma vez que não é restrita a um setor específico da economia. Para o autor, a crise não atinge somente o mercado, mas arrasta o Estado a um processo crítico de autocontradição.

Segundo Kurz (ibidem), no pós-Segunda Guerra Mundial o processo de produção experimentou uma racionalização que implicou na ampliação da produção e expandiu a demanda por trabalho, embora tenha sido enormemente reduzida a quantidade de trabalho vivo por produto. A racionalização alimentou-se de uma expansão dos mercados, onde, embora menos trabalho fosse necessário para a produção das mercadorias, a demanda era maior devido ao barateamento dos produtos e, por conta disso, uma quantidade maior que antes de trabalho era empregada na produção. Para o autor, esse processo levou a funcionalidade do sistema capitalista, combinando produção e consumo, processo que encontra seu ápice no fordismo.

Depois do fordismo o trabalho produtor de valor entrou em crise, encontrando seu limite na sociedade capitalista. Pela primeira vez na história do capitalismo o trabalho deixa de ser o responsável absoluto pelo processo de valorização do capital, substituído pelo desenvolvimento da microeletrônica, propulsora do fenômeno da globalização, que fez com que grandes quantidades de trabalho se tornassem não rentáveis. Tais inovações estimularam a abertura de mercados em novas áreas geográficas, assegurando o processo de valorização do capital. Nesse processo o capital migra para regiões onde a mão de obra é mais barata e, como consequência, deixa regiões devastadas, como áreas internas nos Estados Unidos e o restante do continente.

A crise, portanto, impediu a autovalorização do capital e limitou a dinâmica do sistema capitalista. Com isso, novos fluxos de valorização do capital são buscamos como alternativa a continuidade do sistema. Kurz (1998) sinaliza o mercado de ações, que se expande enquanto mercado que rende mais que a produção real, mas que se configura enquanto mercado fictício, visto que não existe na realidade, embora se corporifique materialmente na forma de bens materiais. Para o autor, a crise atual é consequência desse mercado, onde o capital fictício entra no círculo de produção real, substituindo, temporariamente, o trabalho humano no processo de acúmulo de capital.

Com relação a crise, o autor sinaliza ainda que a mesma não se restringe ao mercado, nesse processo o Estado busca se adequar aos condicionantes da ordem econômica em busca

de manter sua funcionalidade, visto que, historicamente, sempre houve uma interdependência entre os dois pólos – mercado e Estado. Concomitante à expansão das sociedades produtoras de valor, ocorreu a expansão das atividades estatais, com vistas a reparar os danos causados pelo mercado, ou para se colocar na condição de seu impulsionador, sempre submetido a disposição de *quantum* do mercado, o que limita a esfera de atuação do Estado, assim como aumenta sobremaneira seus gastos.

O processo de globalização aumentou o conflito no interior do Estado, visto que este perdeu sua capacidade de “fomentar o sistema de mercado da produção de mercadorias no seu território e mantê-lo em funcionamento” (KURZ, 1998, p. 103), restando como alternativas o endividamento, via dívida pública, ou a emissão de moeda, induzindo o processo inflacionário. Essas estratégias têm sido efetivadas desde a Primeira Guerra Mundial, cuja consequência se refere a limitação das ações do Estado aos condicionantes econômicos.

Kurz infere que a crise é, portanto, estrutural, uma vez que os níveis de crescimento da economia se tornam incapazes de financiar seus custos. A sociedade chega a um nível de racionalização onde grande quantidade de trabalho é eliminada, recaindo as consequências sobre a possibilidade de continuar o ciclo de acumulação do capital, bem como na possibilidade de o Estado manter sua função, visto que a produtividade aumenta com rapidez, enquanto a expansão do modo de produção chegou ao fim, sendo a esperança de um novo surto de acumulação ingênua.

A partir de agora, fica claro que a autocontradição fundamental, segundo essa sociedade se baseia na transformação incessante de *quanta* abstratos de trabalho em dinheiro, chegou a um ponto no qual não se pode mais mobilizar rentavelmente *quanta* suficientes de trabalho no patamar dos padrões de produtividade, criados pela própria sociedade. Já não é mais um fenômeno cíclico, mas um fenômeno estrutural. (KURZ, 1998, p. 113)

Buscando compreender a processualidade da crise estrutural, abordamos o trabalho realizado por Kurz (1993), onde o autor defende que a crise teria se iniciado com a derrocada do “socialismo real”. Kurz alerta, desde o início dos anos 1990, que a crise que levou à bancarrota os países do chamado “socialismo real”, não sem antes ter devastado o “Terceiro Mundo”, era expressão de uma *crise do modo de produção de mercadorias* que depois migraria para o coração do sistema capitalista.

Para Kurz (1993) esta é uma crise particular do sistema capitalista que fulmina o coração do sistema mundial produtor de mercadorias, sendo gestada por meio de uma dada processualidade, iniciando-se no Terceiro Mundo, atingindo de maneira arrasadora o Leste

Europeu, até penetrar agudamente o centro do modo de produção capitalista atualmente. “A lógica da crise está avançando da periferia para os centros. Depois dos colapsos no Terceiro Mundo nos anos 80 e do socialismo real no começo dos anos 90, chegou a hora do próprio Ocidente.” (KURZ, 1993, p. 206)

Para Kurz (ibidem) a crise se inicia com a derrocada do socialismo, que marca o começo de uma crise sistêmica. A derrocada do Leste Europeu e dos chamados países socialistas não representou a vitória do capitalismo do Ocidente, mas a manifestação de uma crise particular, que agora atinge todo o sistema capitalista.

Kurz (ibidem) considera que os países do Leste Europeu eram parte “do próprio sistema produtor de mercadoria”, para o autor são dois pólos de um mesmo campo histórico, que condicionam-se reciprocamente sendo, por conseguinte, complementares. Os países do Leste Europeu estavam integrados ao sistema econômico capitalista global, sem romper na interioridade com a lógica do sistema produtor de mercadorias

a crise da sociedade do trabalho do socialismo real marca a crise iminente da moderna sociedade de trabalho em geral, e isso precisamente porque os mecanismos de concorrência tiveram tanto êxito e minaram e debilitaram de fato os fundamentos do sistema produtor de mercadorias. Faz parte da lógica desse sistema o fato de que seus componentes mais fracos, no que se refere à produtividade e ao entrelaçamento, são os primeiros a cair no abismo do colapso do sistema; mas, mais cedo ou mais tarde, a penetração das ciências passa dos limites lógicos do sistema produtor de mercadorias ocorrerá também no Ocidente, sendo os indícios disso perceptíveis a muito tempo. (KURZ, 1993, p. 90)

Nesse sentido, o autor entende a crise da modernidade sob uma dimensão globalizada. Nas décadas de 70 e 80, quando o Ocidente vivenciou um significativo surto tecnológico, por meio da microeletrônica, a concorrência e a lógica do sistema produtor de mercadorias acabaram por levar ao colapso do “socialismo real”.

A transição vivenciada pela URSS e Leste Europeu, segundo Kurz (1993) assemelha-se não com o Ocidente avançado, mas com a realidade do Terceiro Mundo, que segundo o autor está na outra ponta da crise global do sistema produtor de mercadorias, constituindo-se em “sociedades pós-catastróficas”, como denomina.

(...) o Terceiro Mundo ou já fracassou em sua tentativa de modernização (...) ou, no melhor dos casos encontrou um status precário, no papel de países ascendentes, que permanece exposto a espada de Dâmocles do mercado mundial e, mesmo assim, já não permite um desenvolvimento interno da sociedade inteira. (KURZ, 1993, p. 176)

O Terceiro Mundo perdeu seu papel de fornecedor de força de trabalho sub-remunerada abundante para o capital produtivo, estando fora do embate tecnológico identificado no centro, sendo identificados por Kurz (ibidem) como a outra ponta do *colapso*. No entanto, essa lógica de crise está se estendendo da periferia para os centros, “pode-se comparar esse processo ao espalhamento de um tumor canceroso, através de metástases, por um corpo aparentemente saudável” (KURZ, 1993, p. 208). A tendência é que o colapso atinja o Ocidente, após ter atingido o Terceiro Mundo e o socialismo real.

O que marca a próxima fase é que regiões inteiras estão “caindo fora”, morrendo em seu papel de regiões industriais, porque suas indústrias foram derrocadas na concorrência dos mercados mundiais e já não podem levantar o capital monetário para continuar a corrida da produtividade. (KURZ, 1993, p. 208)

A concorrência no mercado mundial torna obrigatório o novo padrão de produtividade, configurado pela combinação de ciência, tecnologia avançada e grandes investimentos que revolucionam o trabalho, a técnica e os produtos. Esse movimento não foi possível de ser acompanhado por todos os países e, atualmente, compromete todo o sistema. “Pela primeira vez o aumento da produtividade está significando dispensa de trabalhadores também em números absolutos, ou seja, o capital começa a perder a faculdade de explorar trabalho” (SCHWARZ, 1993, p.11), e isso compromete a estrutura do sistema, visto que a valorização do valor se funda na extração de mais-valia pelo trabalho.

Nesse sentido, o capitalismo perde sua capacidade expansiva de autovalorização pelos ciclos da produção real, recorrendo a outros mercados como alternativa a valorização do capital, como pelo anteriormente citado mercado imobiliário, que, no entanto, também desmorona. Durante um tempo fica a cargo do capital fictício a responsabilidade pela valorização do capital, mas, na realidade, tais investimentos foram bolhas financeiras que explodiram e arruinaram várias cidades e países do globo. Atualmente esses espaços não tradicionais de valorização do capital encontram-se também esgotados.

A crise na produção real e nos mercados fictícios sinaliza a fragilidade sistêmica da economia, e aponta um cenário que sinaliza a emergência de uma crise global do sistema produtor de mercadorias, que se configura atualmente como uma crise estrutural do capital. Por sua estrutura mundializada e por se configurar enquanto uma crise de longa duração, infere-se que a crise atual cria barreiras à expansão do próprio sistema capitalista.

Segundo Harvey (2011, p. 46) “o desempenho do capitalismo nos últimos duzentos anos tem sido nada além de surpreendentemente criativo. Mas hoje a situação pode estar muito mais próxima do que nunca ao que Marx descreveu”, ou seja, a autodestruição do capitalismo.

Mészáros sinaliza algumas características fundamentais da crise atual que fundamenta sua abordagem enquanto crise estrutural, diferenciando-a das crises conjunturais enfrentadas pelo capitalismo no decorrer de seu desenvolvimento histórico. Para o autor, a novidade histórica da crise atual se manifesta em quatro aspectos⁶:

- ✓ O seu caráter estrutural, em oposição ao caráter circunscrito a uma esfera particular determinada, não sendo reservada a uma esfera estritamente financeira ou comercial, ou afetando determinado ramo específico da produção, ou aplicando-se a um tipo de trabalho etc.;
- ✓ O seu escopo verdadeiramente global, envolvendo todos os países ao invés de estar confinado a um conjunto determinado de países, como estiverem as maiores crises do passado;
- ✓ A sua escala de tempo extensa e contínua, “se preferir, permanente”, não sendo limitada e cíclica, como acabaram por ser as anteriores crises do capital;
- ✓ O seu modo de desdobramento gradual, contrastando com os colapsos mais espetaculares e mais dramáticos do passado.

Tais apontamentos fazem inferências às considerações da crise já levantadas pelos autores analisados neste trabalho.

1.2 - A crise estrutural do capital: implicações na vida dos jovens pobres

Nos últimos trinta anos, em decorrência da crise, tem-se gestado uma época histórica de reestruturações capitalistas nas mais diversas instâncias da vida social. Tendo se constituído o sistema do capital enquanto sistema global, a reestruturação a qual foi submetido tem se dado em uma dimensão inédita, espalhando-se, em maior ou menor medida, por todo o mundo.

⁶Esses aspectos da crise atual foram elencados por István Mészáros em conferência realizada no Brasil em junho de 2011, estando disponível em: < http://resistir.info/meszaros/meszaros_mar12_p.html> Acesso em: maio de 2014.

A reestruturação produtiva do capital, que impulsionou um complexo de inovações organizacionais, técnicas e sociometabólicas nas grandes empresas e na sociedade em geral, além da captura da subjetividade como modo de controle sociometabólico do capital; a reestruturação política do capital, por meio da constituição do Estado neoliberal e das políticas de liberalização comercial e desregulamentação financeira; e a reestruturação cultural desencadeada pelo pós-modernismo e neopositivismo, são algumas das principais reestruturações as quais o capitalismo foi submetido.

Tais reestruturações se iniciaram com a grande crise da década de 1970 que imprime outra natureza à dinâmica social capitalista, que se distingue radicalmente de outras épocas históricas. A década de 1970 inaugurou um corte histórico no processo civilizatório do capital, que limitou a continuidade do processo de valorização do capital e foi marcado pelo surgimento de fenômenos sociais radicalmente novos que merecem ser assinalados. Dentre eles destacamos o desemprego em massa, fenômeno novo que abala a estrutura geral de todo o sistema capitalista, se espalha por todo o globo e atinge, especialmente, os jovens⁷.

Após a Segunda Guerra Mundial havia a necessidade de reconstrução de vários países, principalmente europeus, o que alavancou um processo de reconstrução econômica e social sem precedentes, levando o capitalismo a experimentar o que alguns economistas franceses denominaram de “três décadas gloriosas”. Esse período foi marcado por um cenário de expansão industrial dentro da lógica de produção em massa (fordismo) articulada a uma política de pleno emprego e de mudanças tecnológicas desenvolvidas a partir da economia da guerra, entre outros aspectos.

Durante os anos pós-guerra até a década de 1970 um grande contingente de trabalhadores ocupava postos de trabalho no setor produtivo, sobretudo nos países de industrialização avançada. Nesse período, o aumento da produção se deu acompanhado pelo aumento da valorização real dos salários dos trabalhadores e aumento do consumo, o que reduziu sobremaneira o exército industrial de reserva⁸.

⁷ Ver relatório Tendências Mundiais de Emprego 2014 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

⁸ Segundo Marx (1980) o exército industrial de reserva corresponde a uma população trabalhadora excedente que se torna supérflua para acumulação do capital, ultrapassando suas necessidades médias de acumulação. O fundamento do modo de produção capitalista é a busca pela produção de mais-valia, buscando o capitalista obtê-la em proporções cada vez maiores para aumentar a acumulação de capital. Essa acumulação se realiza “com contínua mudança qualitativa da sua composição, ocorrendo constante acréscimo de sua parte constante às custas da parte variável” (Marx, 1980:730) o que leva a tendência de produção de “uma população trabalhadora supérflua”, que constituiu o exército industrial de reserva. “Quanto maior a riqueza social [...] maior o exército industrial de reserva em relação ao exército ativo [...] E, ainda, quanto maiores as camadas de lázaros da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior, usando-se a terminologia oficial, o pauperismo. Esta é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista”. (Marx, 1980:747).

Paralelo ao crescimento econômico houve forte intervenção estatal na área social, por meio da garantia de diversos direitos sociais que se colocaram como condição fundamental para a manutenção do capitalismo, dando legitimidade a ordem burguesa. Os países, principalmente da Europa Ocidental, vivenciaram a experiência do Estado de Bem Estar Social⁹. Esse investimento na área social se deu como estratégia para acalmar as massas, visto que o capital foi amplamente questionado e criticado nesse período. No entanto, posteriormente, tais direitos se tornam insustentáveis pela própria dinâmica do capital.

No final dos anos 1960 o movimento de expansão começou a apresentar sinais de estagnação, com o início da desaceleração do crescimento econômico, devido a uma crise de superprodução. “Um obstáculo para a acumulação de capital – a questão do trabalho – é superado em detrimento da criação de outro – a falta de mercado” (HARVEY, 2011, p. 22). Na década de 1970 a expansão do período anterior foi substituída por um período de recessão e crise, *tudo que parecia sólido se liquefaz, encontrando-se o capitalismo em forte processo de liquefação*, como afirma Mészáros. Assegurar o equilíbrio entre produção e consumo torna-se complicado pela própria dinâmica do capital, que precisa revolucionar permanentemente suas forças produtivas para manutenção do capitalismo, o que ocasiona profundas mudanças no processo produtivo.

O aumento descomunal da produtividade, submetida ao intenso desenvolvimento da técnica e da ciência na produção, tendeu a solapar a base de acumulação do capital, uma vez que leva à dispensa de mais trabalho abstrato do que o adiciona pela expansão do mercado e da produção, dificultando, assim, o processo de valorização do valor. O desenvolvimento das forças produtivas abstrai o fundamento da própria existência do capital, uma vez que tende a poupar força de trabalho, responsável pela valorização do valor. Com isso, a criação de valor e a extração da mais-valia em sua forma clássica ficaram seriamente comprometidas, e a razão de ser do capitalismo passa a enfrentar o obstáculo intransponível de continuidade de sua expansão.

Pela primeira vez na história do capitalismo, ainda que temporariamente, o trabalho deixa de entrar no cálculo rentável da produção de mercadorias, deixa de ser o responsável absoluto pelo processo de valorização do capital. O desenvolvimento das forças produtivas do capital e a expulsão do trabalho da esfera geradora de valor criam uma situação insustentável

⁹ O Estado de Bem-Estar Social se constituiu durante o período de grande crescimento econômico pós-2ª Guerra Mundial, buscando aliar crescimento econômico e distribuição de renda, constituindo-se enquanto um sistema de proteção, de responsabilidade do Estado, adotado em um período de crise e instabilidade que ameaçava ocasionalmente a segurança, integridade e o bem-estar dos indivíduos. É importante considerar que na América Latina e, portanto, no Brasil, o Estado de Bem-Estar não se constituiu de forma plena.

para a própria estrutura do modo de produção capitalista. O capital se vê impossibilitado de assegurar seu processo de valorização, visto que o trabalho, fonte e medida de valor, é eliminado, dando lugar a absurda valorização pela esfera financeira.

Há uma tendência à diminuição cada vez maior da parte orgânica da composição do capital, que se dá por meio da substituição do trabalho vivo (força de trabalho) pelo trabalho morto (meios de produção), alterando as antigas bases de acumulação do capital, que perde sua capacidade expansiva de valorização pelos ciclos da produção real. Segundo Kurz (1998, p. 112) “o próprio processo capitalista priva-se, em última instância, das condições de seu funcionamento, na medida em que ele minimiza a sua própria substância (o trabalho abstrato)”.

Tais alterações se dão, sobretudo, em decorrência do desenvolvimento da automação, da robótica e da microeletrônica, que diminui o tempo de trabalho necessário para a produção de mercadorias, alterando a *composição técnica e de valor do capital* e expulsando cada vez mais trabalho vivo do processo de produção.

Todo esse processo gera uma alteração na composição da classe trabalhadora. Passa a ser exigido desta uma maior qualificação, além do incentivo a polivalência e estímulo a novas formas de colaboração entre capital e trabalho, que culminam na precarização das relações de trabalho, com aumento da contratação temporária ou por tempo parcial, além da “terceirização”, crescimento do trabalho informal, ampliação do emprego no setor de serviços e elevação das taxas de desemprego. Diante desse cenário, os jovens encaram a educação como percurso necessário e natural para entrada no mundo do trabalho, com vista à uma inserção menos provisória e precária.

O problema do desemprego deve ser encarado em escala global visto que se coloca como uma das consequências mais visíveis e preocupantes que abala a estrutura geral de todo o sistema. Dentre as diversas atrocidades ocasionadas pelo processo de reorganização do capital, o desemprego em massa é o mais preocupante, sendo transformado em um fenômeno permanente, estrutural. Como afirma Menegat (2012, p. 34) “é um encontro do exército industrial de reserva ‘natural’ de um país periférico com as consequências das novas tecnologias produtivas”.

O desemprego é, frequentemente, justificado pelo discurso da falta de qualificação do trabalhador, inaptidão ou má vontade, mas dificilmente pelas condições estruturais do capitalismo, nas quais não há emprego para todos e há uma tendência crescente à informatização e automação dos meios de trabalho, que dispensa o trabalho vivo.

Em decorrência das condições estruturais do próprio sistema capitalista, uma massa de pessoas fica fora das possibilidades de inserção no mercado, sem lugar na estrutura produtiva. O desemprego, a princípio justificado pelo discurso da não qualificação, torna-se generalizado, como aponta Mészáros (2011, p.69)

o problema não mais se restringe a difícil situação dos trabalhadores não qualificados, mas atinge também um grande número de trabalhadores *altamente qualificados*, que agora disputam, somando-se ao estoque anterior de desempregados, escassos – e cada vez mais raros – empregos disponíveis.

Cabe sinalizar que os reflexos do desemprego são mais cruéis com relação aos jovens, visto ser este um dos grupos que mais sofre com o desemprego, encontrando dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho, considerando a falta de qualificação e experiência dos jovens, somado ao quadro de desemprego estrutural.

Segundo dados da Organização Internacional do Trabalho (OIT), por meio do relatório “Tendências Mundiais do Emprego Juvenil 2013 – Uma Geração em Perigo”, a taxa de desemprego mundial entre jovens está subindo. Atualmente a taxa está em 12,6%, o que representa a existência de 73,4 milhões de pessoas com idade entre 15 e 24 anos sem trabalho no mundo, 3,5 milhões a mais do que em 2007, sendo a maior taxa desde 2009, ápice da crise econômica mundial¹⁰.

O crescimento exponencial da força de trabalho excedente em face dos interesses do capital ocasionou o fenômeno do desemprego estrutural. O mercado de trabalho vem sendo radicalmente reestruturado, e as inovações instituídas em seu âmbito ocasionaram à precarização das condições de vida da massa de vendedores de força de trabalho, sendo a ordem do capital hoje reconhecida como a ordem do desemprego e da insegurança no trabalho (NETTO, 2012).

Somado ao número dos que não encontram lugar no mercado de trabalho estão aqueles que, mesmo com trabalho, não ganham o suficiente para a reprodução da própria força de trabalho e de seus familiares, passando a depender de um Estado, que, como será tratado posteriormente, se encontra cada vez mais enxuto do ponto de vista de suas responsabilidades.

Esse novo padrão de desemprego adquire caráter de indicador de aprofundamento da crise estrutural do capital atual. O processo de acumulação gera uma população relativamente

¹⁰ Cf. OIT alerta para o aumento do desemprego entre jovens no mundo. *O Globo*, 08 de maio de 2013. Disponível em: < <http://oglobo.globo.com/economia/oit-alerta-para-aumento-do-desemprego-entre-jovens-no-mundo-8324147>> Acesso em: julho 2014.

supérflua e subsidiária às necessidades médias de seu aproveitamento pelo capital. Cria-se uma massa crescente de sobrantes que já não tem nem mesmo função de regulação de mercado como exército industrial de reserva, torna-se desnecessários ao processo em curso.

Sobra mão de obra, sobra trabalho humano, sobra tempo, tempo livre frustrado na forma de desemprego. A forma de inserção social, que historicamente, teve como eixo organizador o trabalho, já não se sustenta mais, é uma contradição da forma social capitalista, assim o sistema começa a atuar “em ruínas”. (DIAS, 2014, p. 58)

Marx (1984) já previa a existência de uma massa de excedente, que denominava população supérflua, quando da utilização da máquina como meio de produção, mas, segundo ele, esta seria utilizada em outros ramos da produção, o que não se observa hoje. As condições de ingresso no mercado de trabalho são quase nulas, populações inteiras não têm mais condições de serem absorvidas pelo processo de valorização do capital, não há mercados que possam dinamizar o processo de produção e absorver toda mão de obra. Apesar de o capital nunca ter sido capaz de absorver toda força de trabalho, conseguiu manter certo equilíbrio, o que agora não se torna possível.

A realidade se inverte, atualmente não existe um exército industrial de reserva pronto para ser explorado e dar continuidade ao ciclo de valorização do capital, os potenciais trabalhadores lutam para serem explorados e não para evitar tal situação. “Depois de lutar contra a exploração capitalista, os trabalhadores deverão se debater contra a falta dela, que pode não ser melhor” (SCHWARZ, 1993, p. 11).

O movimento de valorização do capital impõe a disputa entre os trabalhadores por um lugar no “direito de ser explorado”. O trabalhador tem como alternativa para sobrevivência submeter-se a um processo de trabalho que o massacra e desumaniza. Segundo Pereira (2013, p. 67) “ser explorado pelo capital torna-se, então, absurdamente, um luxo para poucos e privilegiados e a desumanização advinda desta lógica produtiva segue seu curso implacável”.

O trabalho virou um privilégio na ordem em que vivemos, posto que, logicamente, é impossível de ser universalizado. Criou-se, sobremaneira, uma massa de pessoas em todo o globo que não entra mais no cálculo rentável do capital, não tem para quem vender sua força de trabalho e, portanto, sobrevivem em condições mínimas de existência. Ao lado dessa massa desprovida de trabalho apareceu o trabalhador cujo salário, baixo demais, não possibilita a existência digna, assim como àqueles inseridos em postos informais, que não garante condições mínimas de sobrevivência.

Como consequência direta do funcionamento do novo sistema econômico a miséria aumenta e o fenômeno da pobreza se mostra como um dos reflexos das modificações ocorridas na organização da produção e reprodução ampliada do capital. Como sinaliza Yazbek (2001, p. 35), fundamentada em Telles (1998)

a pobreza é uma face do descarte de mão de obra barata, que faz parte da expansão capitalista. Expansão que cria uma população sobrando, gente que se tornou não empregável, parcelas crescentes de trabalhadores que não encontram um lugar reconhecido na sociedade, que transitam à margem do trabalho e das formas de troca socialmente reconhecidas.

O novo padrão de desenvolvimento capitalista é, portanto, responsável pelo aumento do pauperismo, que engloba amplos contingentes populacionais miseráveis, excluídos do mercado de trabalho. Cabe sinalizar que a pobreza deve ser compreendida enquanto parte das mazelas advindas do aprofundamento das contradições capitalistas, que adquire novos e assustadores contornos nos dias atuais.

O fenômeno do pauperismo se desenvolveu a partir dos impactos da primeira onda industrializante iniciada na Inglaterra no último quartel do século XVIII, culminando na pauperização massiva da população com a instauração do capitalismo industrial-concorrencial. A desigualdade entre as classes sociais não era algo inédito, no entanto, a dinâmica da pobreza generalizada era um fenômeno novo,

a pobreza crescia na razão direta em que aumentava a capacidade social de produzir riquezas. Tanto mais a sociedade se revelava capaz de produzir mais bens e serviços, tanto mais aumentava o contingente dos seus membros que, além de não terem acesso efetivo a tais bens e serviços, viam-se despossuídos até das condições materiais de vida que dispunham anteriormente. (NETTO, 2012, p. 203)

Nas sociedades precedentes à sociedade capitalista a pobreza estava associada a um quadro de escassez geral, determinado pelo baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas materiais e sociais. Com o advento do capitalismo a pobreza se mostra conectada a um quadro geral que tende a reduzir com força a situação de escassez. Segundo Netto (2012, p. 203) a pobreza “se produzia pelas mesmas condições que propiciavam os supostos, no plano imediato, da sua redução e, no limite, da sua superação”, por isso, aparecia como nova.

Nas sociedades anteriores a ordem burguesa, as desigualdades, as privações etc. decorriam de uma escassez que o baixo nível de desenvolvimento das forças produtivas não podia suprimir (e a que era correlato um componente

ideal que legitimava as desigualdades, privações etc.); na ordem burguesa constituída, decorrem de uma escassez produzida socialmente, de uma escassez que resulta necessariamente da contradição entre as forças produtivas (crescentemente socializadas) e as relações de produção (que garantem a apropriação privada do excedente e a decisão privada da sua destinação). (NETTO, 2001, p. 46)

O fenômeno do pauperismo deu origem ao surgimento da expressão questão social, que inicialmente apareceu explicitada sob a forma de *pauperismo*, mas deve ser entendida como um conjunto de problemáticas sociais, políticas e econômicas que se gestam com o surgimento da classe operária dentro da sociedade capitalista. A designação da expressão questão social está relacionada a seus desdobramentos sociopolíticos, a partir de que, o Estado reconhece a necessidade de intervenção nas manifestações da questão social, dentre elas a pobreza, por meio de serviços e políticas sociais.

Assim, nos liames da sociedade capitalista a pobreza é tida como uma das expressões da questão social. As mudanças no padrão de acumulação capitalista introduzem novas mediações históricas à gênese e expressões da questão social, assim como na forma de seu enfrentamento. Dessa maneira, as estratégias de enfrentamento a pobreza, reconhecidas historicamente como responsabilidade do Estado, ficam hoje comprometidas diante da refuncionalização do Estado decorrente da reorganização do capital a partir da década de 1970.

A reorganização de seu sistema ideológico e político, sob os parâmetros do pensamento neoliberal, apresenta-se como uma das refuncionalizações engendradas pelo capital, que conclama a necessidade de redução do Estado, mediante a restrição dos gastos sociais. Esse redimensionamento do Estado se deu sob a defesa de um “Estado mínimo”, que, no entanto, como sinaliza Netto (2012), se pretende “máximo para o capital”.

É importante considerar que a cartilha neoliberal foi inicialmente adotada pelos países centrais, visando reestruturar o Estado para adequá-lo à nova dinâmica capitalista, sob a alegação de que o Estado de Bem-Estar Social gastava muito com políticas sociais, liberando recursos para a manutenção do capital financeiro através do corte de custos.

Esse processo foi orientado nos “países periféricos” pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), Bando Interamericano de Desenvolvimento (BIRD), Banco Mundial, governos dos Estados Unidos e economistas latino-americanos, por meio do estabelecimento do denominado “Consenso de Washington”, que elencou recomendações aos países como condição para recebimento de investimentos. Dentre as principais recomendações estavam “a redução dos gastos sociais e a concessão para serem explorados comercialmente pelo capital

privado, liberação comercial, privatização das empresas públicas e sua transnacionalização, desregulação das relações entre capital e trabalho” (PEREIRA, 2013, p. 154). A ideia central era de que o jogo livre das forças do mercado, sem nenhuma interferência, levaria a uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda coletividade.

Tratando-se, especificamente, do Brasil é possível perceber um paradoxo no que diz respeito à adoção do ideário neoliberal comparado aos países centrais. Enquanto nos grandes centros econômicos se experimentavam os primeiros aportes do neoliberalismo, no Brasil as lutas pela democracia se acirravam e o processo constituinte era instituído, com posterior aprovação da nova constituição federal em 1988, que afirmava princípios contraditórios ao neoliberalismo - universalização dos direitos sociais, institucionalização de formas de controle e gestão participativa das políticas sociais, descentralização.

No entanto, a eleição de Collor de Melo, em 1989, abre um longo período de desconstrução da lógica do direito de cidadania, reafirmando a supremacia do mercado sobre o bem estar social. O redimensionamento do Estado levou, portanto, a diminuição de sua função reguladora, especialmente pela redução significativa de suas atribuições no campo social, por meio do encolhimento dos direitos e garantias sociais.

O Estado constitui-se enquanto instância de controle social que opera, dentre outros, para atender a mão de obra que ao longo do processo histórico ficou à margem do processo de produção. Esse contingente tem crescido cada dia mais sem que as sociedades saibam o que fazer com ela, e sem que o Estado possa garantir as expectativas de direitos e ampliação de bem estar, visto sua refuncionalização. As intervenções do Estado no campo social estão reduzidas à “programas focalizados e seletivos caracterizados por ações tímidas, erráticas e incapazes de alterar a imensa fratura entre as necessidades e possibilidades efetivas de acesso a bens, serviços e recursos sociais.” (YAZBEK, 2001, p. 37).

Trazendo a discussão para a particularidade da pesquisa de dissertação, o programa habitacional que atende às famílias dos jovens da pesquisa configura-se nessa lógica de programa focalizado, que atende uma pequena parcela da população da cidade com déficit habitacional. O empreendimento Parque das Águas, do Programa Minha Casa Minha Vida, tem como objetivo a construção de unidades habitacionais destinadas à população de baixa renda que não tem acesso à moradia de modo regular e formal, via mercado. A construção dos empreendimentos na cidade tem impactado na dinâmica de urbanização de Juiz de Fora, repercutindo no redesenho do espaço urbano da cidade.

Considerando-se que a estruturação e organização das cidades sofrem os impactos da crise estrutural do capital, e que o acirramento das desigualdades socioespaciais é um sintoma

do contexto de crise, discute-se no próximo item as implicações desencadeadas por esse processo na organização do território e distribuição dos serviços, com destaque para o reordenamento urbano de Juiz de Fora por meio do Programa Minha Casa Minha Vida.

1.3 - Desigualdades socioespaciais: sintomas da crise na periferia urbana

As implicações desencadeadas pelo processo de crise do capital se estendem além das reestruturações produtivas, política e cultural, causando impacto sob a organização do território, por meio do acirramento das desigualdades socioespaciais. Para tanto, faz-se necessário discutir a forma de estruturação e organização das cidades, bem como sua configuração atual, com destaque para a forma de organização da periferia, que sofre o reflexo das grandes desigualdades produzidas no mercado de trabalho.

A discussão específica de periferia ganha destaque neste trabalho tendo em vista a realidade dos jovens participantes da pesquisa, residentes na região periférica da cidade, que vivenciam a precariedade e ausência de recursos e equipamentos no espaço onde vivem e circulam, bem como a experiência de não encontrar lugar no mercado de trabalho. Neste item apontamos alguns dados relacionados à discussão do território e às desigualdades socioespaciais, que surgiram nas entrevistadas produzidas durante a pesquisa que realizamos, sinalizando a materialização daquilo que há anos estudos vêm apontando com relação à reorganização das cidades e o agravamento das desigualdades, enquanto sintoma da crise do capital.

A periferia experimentou grandes transformações a partir de meados da década de 90, decorrentes da reconfiguração das relações sociais capitalistas. A urbanização que se deu nos anos 60 e 70 por expansão das periferias, com a inclusão dos trabalhadores nos núcleos dinâmicos da economia durante o período industrial, sofrem inflexões nas décadas seguintes.

Segundo Telles (2006) durante a década de 80 ocorreram processos de mudança social que caracterizaram a constituição de uma sociedade urbano-industrial, marcada por um ciclo de integração urbana, com deslocamentos espaciais consideráveis, pela construção de uma estrutura urbana ampla e diferenciada, pela formação de um mercado de trabalho unificado e pela incorporação de massas de trabalhadores às relações sociais mercantis. Mas esse processo apresenta sinais de inflexão no final de década de 80, causando alterações na mobilidade social, tanto de hierarquia, quanto espacial.

Desde a emergência do período industrial, e, indissociavelmente, do aumento das taxas de urbanização, a configuração das cidades tem sido permeada pelo conflito entre as classes,

que leva ao processo de segregação socioespacial. Esse processo deve ser entendido como um modo de organização e produção do espaço e das relações sociais, que influencia na organização territorial, gerando espaços próprios dentro da cidade para diferentes habitantes de diferentes classes sociais.

Para melhor compreender o processo de segregação utilizamos o entendimento de Villaça (2001, p. 148) que considera a segregação enquanto processo dialético “em que a segregação de uns, provoca, ao mesmo tempo e pelo mesmo movimento, a segregação de outros”. Essa forma de organização territorial faz com que haja um isolamento entre as classes, uma vez que a segregação se evidencia pela apropriação diferenciada do espaço, que tende a concentrar diferentes classes ou camadas sociais em diferentes regiões da cidade.

A estruturação do espaço se dá em torno da disputa pela apropriação diferenciada do espaço urbano e dos equipamentos nele oferecidos, tendo a classe dominante acesso diferenciado a apropriação dos frutos, vantagens e recursos presentes no mesmo. Segundo Villaça (2001, p. 315) “a distribuição espacial das classes determina a distribuição espacial dos serviços tanto privados quando públicos”.

A segregação se manifesta, portanto, no acesso desigual aos bens e serviços oferecidos na cidade e implica na forma de integração dos indivíduos ao todo social. Durante todo o processo de urbanização brasileira os pobres sempre estiveram segregados nas dinâmicas espaciais constituintes do espaço da cidade, sendo reservados para os mesmos espaços sempre precarizados, que dificultavam, ou mesmo impossibilitavam, o acesso aos diversos serviços públicos e privados. A segregação, portanto, impacta não somente na organização territorial, mas também sobre a vida dos indivíduos e na forma como se percebem e interagem nos espaços públicos.

Na atualidade Harvey (2013) assinala que se vive cada vez mais em áreas divididas e propensas a conflitos, com espaços cada vez menores e mais precarizados destinados aos pobres. A concentração de renda e a enorme desigualdade social são visíveis no espaço da cidade, onde proliferam fragmentos fortificados, condomínios fechados e espaços públicos privatizados, mantidos sob vigilância constante. Os bairros ricos são dotados de todos os tipos de serviço da melhor qualidade, enquanto na periferia pobre os serviços são precários e o acesso aos equipamentos de educação, saúde, transporte etc. é diferenciado.

Telles (2006) sinaliza que nos anos 90 a segregação continua acontecer, mas respondendo a outras circunstâncias que não mais os fluxos migratórios dos anos 70. A urbanização por expansão das periferias se deu a partir da transferência das populações para cidade em busca de emprego, que leva as pessoas a se instalarem no que então era uma

distante periferia carente de recursos. No período de reestruturação produtiva, a segregação urbana se dá em decorrência da especulação imobiliária, da fragilização dos vínculos de trabalho e encolhimento das alternativas de emprego, somado a ausência e precariedade de políticas habitacionais. Usando os termos de Grafmayer, a autora explica que nas décadas anteriores os deslocamentos espaciais traduziam “trajetórias de inserção”, agora predominam “trajetórias de exclusão”.

Verifica-se uma expansão demográfica da periferia, bem como uma redistribuição das camadas mais ricas para novas fronteiras de ocupação delineadas pelo mercado imobiliário, relacionados a precarização do trabalho e o desemprego e associada a dinâmica especulativa de valorização do solo urbano e ao investimento do mercado imobiliário. A periferia então se configura enquanto espaço onde crescem o desemprego e a pobreza, onde se conjugam a intervenção pública, a precariedade urbana e uma malha de irregularidades, quando não ilegalidades (Telles, 2006).

Dentre as transformações experimentadas na periferia nas últimas décadas pode-se apontar que houve uma expressiva expansão do acesso das camadas pobres da população a serviços públicos. Porém, embora a periferia deixe de ser marcada pela ausência total de serviços, prevalece o diferencial em sua qualidade com relação aos serviços oferecidos em outras regiões da cidade. A periferia continua sendo um ambiente marcado pela precariedade e pela ausência, reflexo das desigualdades socioespaciais.

A estrutura urbana precária é marca recorrente da urbanização periférica, sobretudo, pela insuficiência de recursos sociais, como escolas e postos de saúde, e déficits de infraestrutura e de melhorias urbanas, como saneamento básico. A ausência de equipamentos urbanos básicos é realidade do local de moradia dos jovens da pesquisa, residentes no empreendimento Parque das Águas, do Programa Minha Casa Minha Vida, entregue sem nenhum tipo de equipamento público ou privado no local. Os moradores enfrentam a falta de creches, escolas, postos de saúde, áreas de lazer, além do transporte público precário, tendo que recorrer aos equipamentos do bairro vizinho, Monte Castelo, que são insuficientes para atender toda demanda¹¹.

¹¹ Estudo realizado pela própria equipe técnica social da EMCASA aponta as deficiências na oferta de serviços na região, uma vez que mostra a baixa porcentagem de acesso dos moradores à UAPS (Unidade de Atenção Primária), a creche, as escolas, ao CRAS (Centro de Referência de Assistência Social). Complementar a esse diagnóstico, o trabalho de conclusão de curso de um grupo de alunas do curso de graduação em Serviço Social, apresentado em 2014, coloca o relato dos próprios moradores da dificuldade de acesso aos diversos serviços, dentre eles a dificuldade de atendimento na UAPS do Monte Castelo, a distância da escola e a deficiência das linhas de ônibus. Cf. SANTOS, Ana Cláudia dos; SOARES, Camila Aparecida de Lima; VICENTE, Maria Alice de Souza. O programa Minha Casa Minha Vida e as novas condições de segregação territorial da população

Os jovens entrevistados reconhecem as limitações presentes na periferia, reclamam do atendimento no posto de saúde, da falta de área de lazer na região, da falta de segurança, da precariedade da escola e do transporte público. Consideram a periferia enquanto lugar que, além de distante do centro da cidade, sofre o descaso do governo e própria população, como dito por uma jovem “periferia é onde ninguém, as pessoas da alta sociedade lá, do topo da pirâmide, não se importa muito, é isso, é o povão” (Jovem 1).

O local de moradia dos jovens possui a particularidade de ser um espaço segregado e desigual, induzido pelo Estado. O condomínio Parque das Águas é um empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida que visa à produção de moradia em resposta as determinações da propriedade e do processo de expansão imobiliária. O PMCMV tem como objetivo a construção de unidades habitacionais para população de baixa renda, que não tem acesso à moradia via mercado, e possui uma lógica de distribuição das camadas para as fronteiras de ocupação da cidade que corresponde à dinâmica de valorização do solo urbano e investimento do setor imobiliário, o que evidencia a defesa de Telles (2006) com relação à segregação urbana a partir dos anos 1990.

Os empreendimentos do PMCMV são destinados a três faixas de renda, a saber: até R\$ 1600,00, até R\$ 3000,00 e até R\$5000,00, com padrões distintos de construção de moradia para cada faixa, bem como diferentes formas de acesso e forma de subsídio/financiamento. Percebe-se ainda uma diferenciação na distribuição dos empreendimentos por faixas de renda, com concentração daqueles destinados a primeira faixa na região Norte da cidade, mais distante do Centro e onde se concentra o maior número de aglomerados subnormais existentes na cidade. Os empreendimentos destinados às faixas de renda mais altas se concentram na região Oeste, onde houve uma intensificação do mercado imobiliário destinados aos segmentos de renda média, bem como o crescimento do comércio e dos serviços, com centralidade nas áreas de educação e saúde. Os dados referentes à distribuição dos empreendimentos foram levantados pelo NuGea¹², que evidenciou o seguinte padrão de ocupação dos empreendimentos na cidade, segundo as faixas de renda.

Tabela 1 – Total de empreendimentos de faixa 1 por região administrativa e bairros

negra: Um ensaio sobre os moradores do Parque das Águas – Juiz de Fora. 2014. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

¹² Cf. NEGREIROS, A.; CASSAB, C.; PINTO, M. B. Localização do MCMV na dinâmica de urbanização da cidade de Juiz de fora. 2014. In: III Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFJF, 2014.

R.A	BAIRRO	TOTAL
NORTE	Monte Castelo	4
	Barbosa Lage	2
	Nova Era	2
	Benfica	1
	Nova Triunfo	1
OESTE	Nova Califórnia	1
	S. Pedro	1
	Nova Germânia	1
	Spinavile	1
SUL	Sagrado Coração	1
	São Geraldo	1
NORDESTE	Parque Independência	1
	Gramma	1
LESTE	Marumbi	1

Fonte: NuGea/PJF, 2013

Tabela 2 – Total de empreendimentos da faixa 2 por região administrativa e bairros

R.A	BAIRRO	TOTAL
OESTE	Marilândia	14
	S. Pedro	5
	Aeroporto	1
	Borboleta	2
	S. Dumont	1
NORTE	Barbosa Lage	4
	Benfica	2
	F. Bernardino	3
	Nova Era	4
SUL	Cascatinha	1
	Ipiranga	1
	Sagrado Coração	1
	Santa Efigênia	1
	Santa Luzia	1
CENTRAL	Centro	1

	São Mateus	1
	Mariano Procópio	1
NORDESTE	Bandeirantes	1
	Bonfim	2
	Eldorado	1
SUDESTE	Costa Carvalho	1
LESTE	Grajaú	1

Fonte: NuGea, CEF e Banco do Brasil, 2014

Os empreendimentos da faixa 1 se concentram na região Norte da cidade, com 10 dos 18 empreendimentos da faixa na região, o que corresponde a 55% do total, enquanto os empreendimentos da faixa 2 têm concentração na região Oeste, com 23 dos 53 empreendimentos localizados nessa região, ou seja, 43% do total. Ambas as regiões se configuram enquanto eixos de expansão da cidade, no entanto, os padrões de ocupação e uso são distintos.

A espacialização dos empreendimentos por faixa de renda demonstra que os segmentos dos trabalhadores vão se distribuir na cidade pelas determinações do capital, evidenciando a dinâmica de urbanização que segrega sócio-espacialmente os sujeitos de classe. A evidência é a forte concentração de empreendimentos para habitação social na região da cidade historicamente ocupada pelos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora, enquanto os de maior poder aquisitivo se concentram na região que vem sendo alvo da expansão imobiliária e econômica.

O processo de segregação é, portanto, histórico e está relacionado à existência de desigualdades e injustiças na distribuição dos serviços e equipamentos públicos, a partir da distribuição espacial das classes. Atualmente, esse processo está submetido à lógica especulativa do mercado imobiliário, que determinada à distribuição das classes pelas fronteiras de ocupação da cidade. Considera-se que todo esse rearranjo seja reflexo do processo de crise estrutural do capital, amplamente evidenciada no decorrer deste capítulo.

CAPÍTULO 2 – DESTINOS DA JUVENTUDE NA CONTEMPORANEIDADE

A abordagem da categoria juventude dá-se a partir da compreensão da existência de diversas juventudes, compreendidas com base nas condições sociais, culturais e regiões demográficas, buscando apontar as implicações da dinâmica socioespacial na vivência da juventude pelos jovens pobres, considerando que “a particularidade da formação social onde se desenvolve a vida dos sujeitos possa surgir como um universo de condições que marcam as trajetórias possíveis de serem traçadas” (CASSAB, 20001, p.14).

2.1- Juventude enquanto categoria social

Este trabalho parte do entendimento da juventude enquanto categoria sócio-histórica, que sofre alterações no tempo e no espaço, adquirindo diferentes concepções, representações e funções em cada período histórico e nas várias formações sociais. Compreende-se que há também diversidade dentro da própria formação social, a partir do lugar ocupado pelo jovem nas relações sociais, o que pressupõe a heterogeneidade da categoria, pela existência de diferentes grupos juvenis que têm suas experiências influenciadas pelo tempo, espaço e contextos em que estão inseridos.

Entender a juventude enquanto categoria sócio-histórica e percebê-la na sua heterogeneidade ajudam a compreender as trajetórias dos jovens, tendo em vista que suas escolhas são realizadas sobre circunstâncias concretas que se expressam em determinado momento histórico e social, marcado pelas diversas fases do desenvolvimento do capital.

Antes de adentrar na discussão específica da juventude enquanto categoria sociológica é necessário pensa-la sob uma perspectiva histórica, considerando que a juventude nem sempre existiu enquanto etapa delimitada de experiências. A noção de juventude só foi reconhecida como momento específico da existência humana no mundo romano, quando pela concentração acelerada da propriedade da terra e do capital torna-se necessário, “no resguardo da propriedade, limitar certos poderes àqueles que, embora também proprietários por direitos de família, são considerados ainda sem condições para assumirem as complexas operações comerciais que começavam a surgir” (Cassab, 2001, p.66). Com isso, a juventude assume um caráter de transição, momento de ocupação com a aprendizagem e preparação para a vida adulta, embora assuma, também, uma conotação perigosa, sendo vigiada e controlada pelos adultos.

No entanto, o jovem que surge no mundo romano é oriundo da pequena burguesia e dos segmentos que detinham o comércio. Para as moças e jovens escravos ainda não havia qualquer reconhecimento da condição juvenil. Como afirma Cassab (2001, p. 66)

a juventude é, por um lado, um privilégio de certos segmentos em relação a outros dele excluídos, e por outro lado, ao mesmo tempo, significa uma exclusão do mundo adulto e de seus poderes, já que se caracteriza como uma fase de subordinação, obediência e incapacidade.

Na Idade Média, diferente do mundo romano, a juventude não é mais vista como período de preparação para a vida adulta, mas determinada por critérios morais. A juventude passa a estar relacionada à liberdade e à violência, sem definição precisa de limites etários, encerrando-se com o casamento e a herança. Os jovens pobres não tinham esse período reconhecido, visto que desde os sete anos estavam aptos para o trabalho, sendo enviados para trabalhar como criados pessoais ou aprendizes em oficinas, e a assumir as responsabilidades da vida adulta.

A revolução industrial aparece como um marco na construção da juventude. Esse período é caracterizado por um distanciamento entre as classes sociais, devido à possibilidade de concentração de capital em algumas delas. Com o excedente de recursos em algumas famílias, e visto a utilização intensiva da tecnologia no processo produtivo, os jovens das famílias mais abastadas se afastam do mundo do trabalho e ingressam nas escolas, sendo encarados como investimento para o futuro das famílias, embora sendo ainda vigiados.

As escolas tornam-se espaços de preparação para a vida adulta, de disciplina e de maior controle dos adultos sobre a formação dos jovens, visando prepara-los para assumirem importantes cargos e profissões, muitas das quais previamente definidas pela família, asseguradas pela posição social, riqueza e rede de relações. As instituições de ensino passam a ter papel de controle e vigia dos jovens burgueses, como afirma Groppo (2000, p. 57)

A criança e, em seguida, o jovem são submetidos a esta instituição que os isola do convívio promiscuo com os adultos, marca neles uma condição diferenciada (que justifica seu isolamento e seu tratamento desigual) e uma condição inferior (que submete o infante e o jovem a uma rede hierárquica de vigilância e punição).

Com isso, a juventude prolonga-se e torna-se uma época de formação e de escolhas. No entanto, o prolongamento da juventude é garantido apenas aos jovens de famílias abastadas, que tinham a possibilidade de dispensar os filhos do trabalho e garantir um tempo

livre para formação e preparação para a vida adulta. Aos jovens pobres, restava o ingresso precoce no mundo do trabalho, nas fábricas como operários, sendo excluídos da escola. Portanto, enquanto os jovens da burguesia eram liberados do trabalho e constantemente supervisionados pela família e pela escola, aos jovens pobres restava o ingresso precoce no mundo do trabalho, quando não incorporavam a figura do delinquente. Para estes a juventude “esvazia-se do sentido da esperança, permanecendo apenas o caráter de ameaça potencial, expresso por três qualitativos: a vagabundagem, a libertinagem e a rebeldia” (PERROT, 1996 apud CASSAB, p. 70).

Nesse contexto, forjam-se algumas das concepções sobre a juventude ainda hoje presentes, passando a ser associada a um período de “emoções violentas, agressividade, instabilidade emocional e curiosidade sexual sem limites” (Cassab, 2001, p. 70). O entendimento da juventude enquanto período crítico é corroborado pela visão da psicologia e das ciências da saúde, que caracteriza a juventude a partir de atributos psicológicos e biológicos. Dessa forma, mudanças hormonais, glandulares, corporais e físicas, típicas dessa fase, seriam responsáveis por algumas características próprias da juventude como “rebeldia, desinteresse, impulsividade, entusiasmo, timidez e introspecção” (Coimbra, 2005, p. 4).

Ao pensar a juventude sobre a perspectiva histórica é possível perceber uma grande variedade de concepções a respeito da mesma, em que os jovens ora aparecem como agentes propulsores de mudança social ora como problemas sociais. A juventude aparece ainda como período de transição¹³ para a vida adulta, sendo esta uma concepção útil ao se buscar compreender os processos de inserção social e econômica dos jovens na vida social.

Ser jovem é uma condição transitória, é uma travessia, uma passagem sinalizada não só por algumas peculiaridades físicas, sem dúvida, mas também por atributos que são históricos e socialmente construídos. Como travessia, não está nitidamente delimitada, é mais longa nas sociedades industriais, e foi extremamente breve em outros períodos; mas de todo modo, ela aparece marcada por seu caráter limiar, de separação da infância e de margem a idade adulta. (CASSAB, 2001, p. 63-4)

Comumente, o processo de transição é associado a três elementos: a conformação de família, a entrada de maneira mais ou menos permanente no mundo do trabalho e independência econômica e residencial. No entanto, essa perspectiva de transição altera-se ao longo da história e nas diversas civilizações e sociedades, sendo possível encontrar modos

¹³ A compreensão de juventude pelos jovens participantes da pesquisa parece perpassada sob a perspectiva de juventude enquanto fase de transição, uma vez que apontam o período enquanto de preparação para o futuro, momento em que se preocupa em ter mais responsabilidade, “pensar mais lá no futuro”, “estudar”, “fazer escolha”, com vista a assumir as responsabilidades da vida adulta.

distintos de celebrar a passagem para a vida adulta, sempre associada a variáveis sociodemográficas, como nível socioeconômico, sexo, idade, classe social, etc., que influenciam nos percursos de transição para a vida adulta.

Verifica-se atualmente que os percursos de transição para a vida adulta têm sido mais longos, e assumido contornos mais irregulares e incertos, associado às transformações entre o sistema de ensino e mundo do trabalho, que determinam percursos escolares mais prolongados e inserções profissionais mais tardias, configurando diferentes estruturas de transição.

A definição da juventude sob a perspectiva de transição permite percebê-la enquanto fase de tomada de decisões e realização de escolhas fundamentais com relação ao futuro, no entanto, entendendo que estas estão submetidas às experiências dos sujeitos, influenciadas pelo espaço, tempo e contexto em que estão inseridos. Nesse sentido, é necessário compreender que tais experiências são diferenciadas e que, portanto, a juventude é vivenciada com muita diversidade na realidade social, tendo em vista sua combinação com outras situações sociais, como a classe social, estrato, etnia, religião, mundo urbano e rural, gênero, etc., que determinada à existência de *juventudes*.

O termo juventude usado no plural busca dar conta da diversidade na vivência da juventude, submetida ao pertencimento de classe social, sexo, etnia e trajetórias de vida. Como afirma Groppo (2000, p. 15)

A juventude como categoria social não apenas passou por várias metamorfoses na história da humanidade. Também é uma representação e uma situação social simbolizada e vivida com muita diversidade na realidade cotidiana, devido a sua combinação com outras situações sociais – como a classe ou estrato social -, e devido também às diferenças culturais, nacionais e de localidade, bem como as distinções de etnia e de gênero.

Nesse sentido, por uma perspectiva sociológica, considera-se que o jovem, seu comportamento e suas experiências se diferenciam de acordo com a classe social, o grupo etário, a nacionalidade, o gênero, o contexto social, nacional e regional (Groppo, 2000). A juventude constitui-se, portanto, enquanto um grupo heterogêneo, embora seja comum sua definição a partir do recorte etário.

A título de explicação, o critério etário se apresenta como base prévia de definição da juventude, embora seja relativo para delimitar tal categoria. É comum a definição da juventude a partir do recorte etário, variando de acordo com as instituições e organizações que

as definem. Tomando como exemplo, a Organização Mundial de Saúde (OMS) adota a faixa de 15 a 24 como a que corresponde à juventude. Camarano (2004) afirma que

(...) o limite inferior considera a idade em que já estão desenvolvidas as funções sexuais e reprodutivas, que diferenciam o adolescente da criança, e repercutem na sua dinâmica física, biológica e psicológica. O limite superior diz respeito ao momento em que os indivíduos normalmente concluem o ciclo da educação formal, passam a fazer parte do mercado de trabalho e constituem suas próprias famílias, caracterizando assim, de forma simplificada, a transição a fase adulta.

Segundo Groppo (2000) essa “cronologização do curso da vida individual” é uma característica da sociedade capitalista industrial do século XIX, que busca um critério objetivista e naturalista para determinar a idade de cada indivíduo, tentando delimitar os estágios da vida baseados na idade cronológica individual. Tal critério foi determinante para reduzir as diferenças sociais e individuais a um denominador universal, institucionalizando o curso da vida dos indivíduos.

No entanto, a definição baseada no recorte etário acaba por “naturalizar” a juventude, desconsiderando que os grupos etários são uma criação social, e que a juventude constitui-se como categoria socialmente construída, que sofre influência dos diferentes contextos sociais, econômicos e políticos, alterando-se no tempo e no espaço.

Definir a juventude implica mais que um recorte etário, implica vivências e oportunidades em uma série de relações sociais, que demonstram que a juventude se constitui enquanto grupo heterogêneo, que vivencia diferentes oportunidades, dificuldades, facilidades e poder nas sociedades, a partir das diversas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc., sendo, por definição uma construção social. Portanto, nega-se a juventude enquanto categoria homogênea, singular, uma vez que existem diferentes formas de vivenciar a juventude que depende do lugar ocupado pelo indivíduo dentro das relações sociais.

A experiência juvenil é diferenciada em função de parâmetros concretos como dinheiro, educação, trabalho, lugar de moradia, tempo livre, entre outros, determinados por diferentes formas de inserção social, política e econômica dos jovens, associadas aos recortes de classe, gênero, etnia, etc.. Abramo (2005) define essa diferenciação na vivência da juventude como *situação juvenil*, mas considerando que existe algo comum às jovens de forma geral em sua dimensão simbólica.

Busca-se realizar o debate da juventude a partir da experiência de *geração*, defendida por Karl Mannheim (1982). A discussão sobre a geração perpassa a experiência de uma

situação social comum que sujeita seus membros a uma fase do processo coletivo, compartilhando experiências comuns, gozando os mesmos benefícios e opressões prefigurados pelo modo de inserção social, o que não significa uma experiência igual a todos os indivíduos de uma geração. A situação geracional faz com que os indivíduos de uma mesma geração, que nasceram no mesmo ano, sejam dotados de uma situação comum na dimensão histórica do processo social.

No entanto, a situação de geração não se reduz a um ritmo biológico, está associada a uma estrutura social definida e uma história, que faz da geração um fenômeno de localização social, que proporciona aos indivíduos uma situação comum no processo histórico e social, restringindo-os a determinadas experiências e predispondo-os a um modo característico de pensamento, experiência e ação. Portanto, os membros de uma geração participam de uma seção temporariamente limitada do processo histórico e, com isso, estão expostos à mesma fase do processo coletivo.

Os jovens que vivem em um mesmo período não constituem, por si só, uma geração real. Mannheim (1982) defende que os jovens membros de uma mesma geração podem elaborar o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituindo as unidades de geração. Embora estejam submetidos a uma situação comum os jovens experimentam os acontecimentos de posições diferenciadas, como, por exemplo, pela condição de classe, o que possibilita a formação de unidades de geração. A similaridade entre situação e unidade de geração permite compreender que de fato não existe uma juventude, mas juventudes, pois a maneira como se passa por este período está condicionada ao tempo, ao espaço e aos sujeitos.

Sob uma perspectiva sociológica, Esteves e Abramovay (2007) lançam mão da revisão feita por Pais (1997) e destacam duas representações mais correntes da juventude, traduzidas e agrupadas em duas grandes linhas:

- Uma que considera a juventude como grupo social homogêneo, composto por indivíduos cuja característica mais importante é estarem vivenciando certa fase da vida, isso é, pertencem a um dado grupo etário. Nessa linha, a prioridade conferida à análise daqueles aspectos tidos como mais uniformes e constantes dessa etapa da existência.
- Outra, de caráter mais difuso, que, em função de reconhecer a existência de múltiplas culturas juvenis, formadas a partir de diferentes interesses e interseções na sociedade (situação socioeconômica, oportunidades, capital cultural etc.), define a juventude para muito além de um bloco único, no qual a idade seria o fator predominante. Por essa linha, vem se tornando cada vez mais corriqueiro o emprego do termo *juventudes*, no plural, no sentido de se dar conta de todas as especificidades, mas

justamente, apontar a enorme gama de possibilidades presente nessa categoria. (ESTEVEES et. al, 2007, p. 24)

Segundo Pais (1997), embora tais representações correspondam a diferentes abordagens da categoria, elas não se anulam. O autor considera que dependendo do enfoque a juventude pode se apresentar como um grupo aparentemente homogêneo quanto heterogêneo. Comparada a outras gerações, por exemplo, a categoria apresenta-se como homogênea; quando analisada como um conjunto social que detém atributos sociais que diferenciam os jovens uns dos outros é considerada heterogênea.

Este estudo pauta-se na compreensão da juventude enquanto categoria heterogênea, considerando que as múltiplas formas de inserção dos jovens a partir de suas origens e posição de classes determinam vivências juvenis diferenciadas. Compreende-se que a juventude assume faces diferenciadas de acordo com as condições materiais e culturais que a cercam, de acordo com o território em que se encontram. Nesse sentido, a localização dos jovens no território apresenta-se como um critério de diferenciação na vivência da juventude, surgindo como um delimitador de seus destinos, o que fundamenta os propósitos deste trabalho.

No item que segue, procura-se fazer uma abordagem das implicações da dinâmica socioespacial na vivência da juventude pelos jovens pobres, sujeitos da pesquisa, buscando compreender de que forma as condições postas pela vivência no território podem influenciar na construção das trajetórias dos sujeitos.

2.2- As implicações da dinâmica socioespacial na vivência da juventude pelos jovens pobres

Partindo da compreensão da juventude enquanto grupo heterogêneo, formado por indivíduos com atributos sociais diferenciados uns dos outros, considera-se a existência de diversas *juventudes*, que configuram experiências juvenis diferenciadas, compreendidas com base “nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, entre outros aspectos.” (Dayrell, 2007, p. 157). Nesse sentido, além dos critérios habituais que determinam diferenciações na vivência da juventude, como classe social, etnia e gênero, considera-se que o local de moradia possa surgir como um critério de diferenciação.

Trata-se aqui da vivência da juventude pelos jovens pobres, moradores da periferia, submetidos a regiões subalternizadas e precarizadas, que limita aos jovens o acesso à cidade e aos benefícios nela oferecidos, bem como infunde neles a subalternidade e a estigmatização. Tudo isso é consequência do modo de organização e produção do espaço e das relações sociais, que submete os indivíduos a experiências diferenciadas.

A forma de organização da cidade influencia, portanto, nas experiências dos sujeitos. Cabe retomar a reflexão realizada no primeiro capítulo a respeito do modo de organização do espaço e das relações a partir da emergência do período industrial. Inaugura-se uma cultura específica dos espaços urbanos, marcada pelas relações sociais capitalistas e o conflito entre as classes sociais, que influencia o processo de ocupação da cidade, refletindo-se na dinâmica de segregação socioespacial, que gera espaços próprios dentro da cidade para diferentes habitantes de diferentes classes sociais, impactando, portanto, na vida dos sujeitos.

Conforme afirma Villaça (2001), essa forma de estruturação urbana dá-se em torno da disputa pela organização do espaço e dos equipamentos nele oferecidos, gerando espaços diferenciados dentro da cidade, que garantem condições de vida e acesso a bens e serviços de forma desigual aos indivíduos. Os pobres, em especial, sempre estiveram segregados nas dinâmicas espaciais constituintes do espaço da cidade, sendo a estes reservados espaços sempre precarizados, que dificultam ou impossibilitam o acesso aos diversos bens e serviços, enquanto os bairros ricos são dotados de todos os tipos de serviços. As desigualdades sociais, portanto, concretizam-se nas condições de vida dos lugares. Nesse sentido, a dinâmica de segregação influencia não somente na forma de organização do território, mas impacta a vida dos indivíduos e na forma como se percebem e interagem nos espaços públicos.

Percebe-se que há diferenças, desigualdades e discrepâncias entre as condições de vida da população associadas ao território onde vivem. Santos (1993) afirma que morar na periferia leva os indivíduos a condenar-se duas vezes a pobreza, visto que, além da dificuldade de acesso aos serviços, muitas vezes, morar em determinado lugar determina quem é mais ou menos pobre, supondo ser a pobreza gerada pelo modelo territorial. A pobreza gerada pelo modelo econômico, segmentador das classes sociais, é superposta pela pobreza gerada pelo modelo territorial.

O autor assinala que a rede urbana adquire significados diversos segundo a posição financeira do indivíduo, onde em um extremo encontram-se aqueles que podem utilizar todos os recursos oferecidos na cidade, e na outra extremidade os pobres de recursos, que são prisioneiros do lugar onde moram e de suas carências locais. Os jovens da periferia, sujeitos

da pesquisa, vivenciam essas contradições, visto que estão submetidos a territórios restritos, que cerceiam suas relações e dificultam o acesso a bens e serviços oferecidos na cidade.

A localização do jovem no território surge, portanto, como uma das determinantes para compreender as especificidades da vivência da juventude, assim como as estratégias de vida dos jovens e suas formas de sociabilidade. O lugar de moradia dos jovens pobres aparece como um indicador de subalternidade econômica ou diferenciação de classe social, bem como de estigmatização, visto que carregam o estigma de áreas subjugadas pela criminalidade e negatividade, que influencia na concepção que se tem da população residente nessas áreas.

Ao preconceito e discriminação de classe, gênero e cor, adiciona-se o preconceito e “a discriminação por endereço”. [...] Conscientes da existência da “discriminação por endereço” presente no mercado de trabalho, muitos jovens encontram estratégias para ocultar o lugar onde vivem e lançam mão de endereços de parentes, de bairros próximos ou caixas postais (NOVAES, 2008, p. 122-3).

Os territórios pobres, visíveis por suas desvantagens no que se refere aos recursos e equipamentos coletivos, possuem uma imagem marcada por aspectos negativos que influencia na visão de seus moradores e produz impacto na vida dos sujeitos. Habitantes de um ambiente construído degradado, que limita as possibilidades de acesso aos bens da cidade, e condena os indivíduos a experiência do fracasso e menos valia, os jovens pobres vão ser estigmatizados e sofrer limitações no que se refere a circulação e apropriação da cidade.

Aos jovens pobres são reservados fragmentos da cidade, o que dificulta suas possibilidades de apropriação, não apenas dos bens materiais, mas também aos investimentos simbólicos do próprio espaço. As diferenças sociais, presentes no espaço, manifestam-se não somente na ausência de acesso a determinados tipos de bens e serviços, mas, principalmente, na não apropriação da cidade enquanto obra¹⁴.

A medida que os jovens pobres se afastam de seus locais de moradia, marcados por negatividades, passam a ser vistos por suas desvantagens e identificados por “perigosos” e “perturbadores da ordem”.

¹⁴ “A própria cidade é uma *obra*, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos *produtos*. Com efeito, a obra é valor de uso e o produto é valor de troca.” (Lefebvre, 2001, p. 12). A cidade é vista como obra (valor de uso) e como produto (valor de troca), sendo esta última determinante das sociedades capitalistas atuais, que se transformam em mercadoria a ser consumida. A cidade se faz enquanto obra uma vez que é resultado de ações humanas sobre ações humanas, criada por uma história, pelo movimento e relação de seus habitantes. Por isso, não deve ser comercializada, mercantilizada. Mas o que se observa é a transformação da cidade em mercadoria a ser consumida e devorada pelos interesses do capital, o que marginaliza, periferiza, subalterniza certos habitantes da cidade, impossibilitando-os de se apropriarem da cidade enquanto obra (valor de uso).

A forma de interação dos moradores de periferia com o restante da cidade é influenciada pela ‘marca’ territorial que lhes é conferida. A imagem das periferias como lugares não necessariamente distantes do centro, mas desprovidos de infraestrutura adequada e serviços como no caso das favelas, é justaposto à representação da marginalidade, do estigma, ligada à ideia de desordem e violência que imprime nos moradores o ‘arquetipo das ‘classes perigosas’” incidindo nas mais variadas dimensões de suas trajetórias (MACHADO DA SILVA, 2008).

O imaginário criado dos jovens pobres como “perigos” gera uma prática de supervisão compulsiva desse segmento, por meio da intervenção estatal no controle do espaço urbano. O Estado adota medidas de vigilância e controle dos jovens, por meio de aparelhos de segurança pública, com intervenções de cunho repressivo, e por meio de políticas de assistência social com caráter de prestação de serviços.

A principal preocupação que alimenta as políticas públicas destinadas à juventude é prevenir e eliminar a violência, mas sempre segundo a perspectiva da segurança pública, como se a única questão de direitos humanos tivesse de passar pelo crivo da prestação de segurança. Essa atitude governamental também inspira uma série de organizações não governamentais, muitas vezes centradas apenas na ideia da profissionalização, e não na perspectiva de promover novos espaços de sociabilidade e de convívio entre os jovens (FRAGA e IULIANELLI, 2003: 9).

Nesse sentido, a forma como os jovens pobres são encarados interfere no modo como interagem e se apropriam dos espaços da cidade. Dessa maneira, a disposição no território e as relações possíveis de serem estabelecidas no mesmo, vão determinar a forma como os sujeitos sociais vão usufruir os benefícios oferecidos na cidade, como o direito ao trabalho, a instrução, à saúde, à habitação, ao lazer, assim como o próprio direito à cidade, que corresponde o direito “à vida urbana, à centralidade renovada, aos locais de encontro e de trocas, aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitem o uso pleno e inteiro desses momentos e locais etc.” (LEFEBVRE, 2001).

Os jovens pobres, submetidos a territórios marcados pela falta de infraestrutura, pela dificuldade de acesso à renda e precário acesso a bens e serviços, encontram limitações concretas de circular da cidade, seja pela estigmatização que sofrem por pertencerem a determinadas áreas, encarados como perigosos, ou mesmo por limitações materiais, como a impossibilidade de arcar com os custos do transporte. Essa restrição espacial impossibilita, portanto, a apropriação da cidade, sendo que é nesse espaço que os jovens irão construir-se,

criar suas estratégias de vida, deparar-se e conviver com diferentes realidades, projetar suas ações. Na medida em que os jovens ficam confinados em seus bairros, suas possibilidades de questionamento, de vislumbre de novas perspectivas e formas de vida restringem-se.

Esses jovens experimentam pouco a cidade e não vivem as inúmeras possibilidades que ela abre. Seu território usado é restrito, pequeno e significativamente localizado no entorno de seus bairros. Confinados em seus bairros ou em bairros de características semelhantes, esses jovens internalizam e naturalizam sua condição de jovens pobres, inclusive reproduzindo em seus discursos e práticas os mecanismos de desigualdade, distinção e diferenciação a que são submetidos. (CASSAB, 2009, p. 171).

Com isso, os jovens pobres, impossibilitados de vivenciar o espaço urbano e os benefícios nele oferecidos, devido à sua condição de classe e territorialidade imposta pela dinâmica de desenvolvimento capitalista, encontram na dimensão do território um fator importante na construção de suas trajetórias, visto que este limita seu leque de possibilidades, tanto concretos quanto simbólicos.

Tratando-se dos jovens da pesquisa, é essencial considerar as *identidades territoriais* como determinantes na construção da trajetória de vida relacionada ao território. Esses enfrentam além da subalternidade econômica e de classe social, por pertencerem a um território extremamente carente de recursos, bens e equipamentos públicos urbanos, uma estigmatização referente à realidade do território em que se encontram. Como indicado por Haesbaert (1999, p. 172)

(...) toda identidade territorial é uma identidade social definida fundamentalmente através do território, ou seja, dentro de uma relação de apropriação que se dá tanto no campo das ideias quanto no da realidade concreta, o espaço geográfico constituindo assim parte fundamental dos processos de identificação social. [...] De forma muito genérica podemos afirmar que não há território sem algum tipo de identificação e valoração simbólica (positiva ou negativa) do espaço pelos seus habitantes.

O território habitado pelos jovens pesquisados é simbolicamente valorizado de forma negativa, devido ao alto índice de violência no local, que faz com que os moradores sejam subjugados negativamente, como “perigosos”, especialmente os jovens.

O território surge, ainda, como um elemento de conformação de identidade, em relação a que se constrói um sentimento de pertencimento, de identificação territorial, fazendo com que os sujeitos se reconheçam como membros de um grupo comum, de um lugar, de um território, a partir de que se constrói uma “consciência de pertencimento”. Assim,

a identidade territorial [...] aciona-se em espaços e tempos, geografias e histórias para produzir e moldar uma mobilização e um consentimento, de modo que os sujeitos de um determinado recorte espacial, de um território, se re-conheçam, em alguma medida, como participantes de um tempo-espaço e de uma “sociedade-comum”. (MONDARDO, 2009, p. 132).

Nesse sentido, as identidades territoriais contribuem para a formação de vínculos de *proteção social* – como redes de relações que favorecem oportunidades de emprego, etc. – como de *identidades*, que se constituem baseadas em memórias de ocupação da cidade, do conhecimento do território, permitindo a identificação de lugares, dos perigos, dos encontros e possibilidades. Com isso, pode-se afirmar que nos locais de moradia criam-se redes de proteção e relação social que possibilitam a seus moradores a construção de diferentes trajetórias de vida.

A juventude, especificamente, é o período em que essas identidades começam a se constituir. Nessa fase, os vínculos deixam de ser construídos unicamente no âmbito familiar, momento em que os jovens “saem” do lugar de proteção e passam a experimentar outras redes de sociabilidade que inaugura sua entrada de forma mais intensa na vida pública. No contato com os moradores que habitam produzem-se diferentes sociabilidades, permitindo aos jovens a primeira experiência do exercício à cidade.

A partir do local de moradia é que os jovens constroem seus primeiros vínculos sociais que comporão a teia de suas relações sociais, se dão a conhecer no espaço e passam a criar afinidades com diversas instituições sociais e com o próprio espaço e seus equipamentos coletivos. Essas relações são determinantes da constituição da identidade desses jovens, construídas a partir do momento em que entram na vida pública, apropriam-se dos espaços, das relações e das instituições existentes.

Pelo fato de os jovens da pesquisa estarem submetidos a um território novo, totalmente desconhecido e habitado por indivíduos diferentes, são obrigados a buscar (re)construir suas identidades e reconhecer-se enquanto pertencentes àquele território, o que tem sido um desafio e tem impactado nos projetos de vida dos jovens. Além desse enfrentamento, os jovens estão submetidos à realidade contemporânea, marcada pelo desemprego, pobreza e violência, que têm impactado, sobremaneira, a vivência da juventude. Cabe no item que segue discutir como tem sido a vivência da juventude nos tempos atuais.

2.3- A vivência da juventude na contemporaneidade

Na contemporaneidade os jovens vivem uma época de profundas transformações, dentre elas de cunho econômico e moral que afetam, sobremaneira, a transição para a vida adulta. Nas duas últimas décadas tem havido um aumento do interesse pela juventude, observado pelo recrudescimento da produção sobre mesma, pela problematização de políticas públicas destinadas aos jovens e pela valorização de seus atributos. No entanto, esse cenário não representou maior projeção para os jovens, nem conquistas de espaços sociais mais relevantes.

Parece estar presente, na maior parte da abordagem relativa aos jovens, tanto no plano de sua tematização como das ações a eles dirigidas, uma grande dificuldade de considerar efetivamente os jovens como sujeitos, mesmo quando é essa a intenção, salvo raras exceções; uma dificuldade de ir além da sua consideração como “problema social” e de incorporá-los como capazes de formular questões significativas, de contribuir para a solução dos problemas sociais, além de simplesmente sofrê-los ou ignorá-los. (ABRAMO, 1997, p.28)

A juventude tem sido colocada em voga. Segundo Sposito (2002), os tempos atuais são marcados pela visibilidade dos jovens enquanto protagonistas e vítimas da violência, e pela dramaticidade de sua condição de segmento mais atingido pelas transformações do mundo do trabalho. O elevado índice de mortes violentas entre jovens e as dificuldades que estes encontram de ter acesso à educação e ao mercado de trabalho confirmam essa estimativa, embora essas marcas sejam mais presentes na vida dos jovens pobres.

Os jovens pobres, que convivem com limitações de condições materiais de sobrevivência e sofrem constrangimentos subjetivos, encontram dificuldades de continuidade dos estudos, de inserção mais qualificada no mercado de trabalho e mesmo de permanência no emprego. Isso pensando em termos de perspectiva de futuro, visto que o trabalho se apresenta como única alternativa para uma vida melhor, ou mesmo, de sobrevivência. Ao se pensar na imediatividade, esses jovens estão submetidos à alternativa da dependência química, do envolvimento com o crime organizado, dentre outras formas de exploração e abuso (CASSAB, 2006, p. 34).

Diante dessa perspectiva, reconhecem-se três destinos¹⁵, comumente trilhados pelos jovens pobres:

O primeiro se refere à inserção dos jovens nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado. Esses são considerados “soldados” do tráfico e tem seu modo de vida, mobilidade social e tempo cotidiano determinados por essa forma de inserção.

O outro grupo é o dos jovens usuários da assistência social. Sua condição de usuários das políticas de assistência, seja através de programas de transferência de renda ou através do atendimento na rede de prestação de serviços, os definem como jovens pobres.

O terceiro grupo de jovens é aquele formado pelo segmento dos trabalhadores. Para pensar esse grupo podem-se distinguir ainda três experiências distintas: os que estão tentando entrar no mercado de trabalho e ainda não obtiveram êxito (jovens pobres usuários de políticas públicas de formação para o trabalho); os que já estão no mercado de trabalho em postos precários ou informais e almejam outra inserção menos provisória (jovens inseridos no setor de serviços e que trabalham na informalidade); e por fim, aqueles que estão em postos de trabalho formais, com direitos garantidos, e lutam por sua permanência e ascensão.

Os jovens da pesquisa, embora diante das dificuldades e da alternativa de envolvimento com o crime organizado e/o tráfico de drogas, têm como perspectiva a inserção no ensino superior com vista a uma inserção menos precária e provisória no mercado de trabalho. Com isso, enquadram-se no terceiro grupo, composto pelo segmento dos jovens trabalhadores, transitando nas fronteiras entre o desemprego, os trabalhos informais e a busca por inserção mais qualificada no mercado de trabalho.

Vale pontuar, frente às perspectivas dos jovens da pesquisa, o quadro de reestruturação capitalista que impacta, sobremaneira, na configuração do mundo do trabalho, no Brasil especialmente a partir dos anos 1990. As transformações sociais e econômicas, decorrentes do processo de reorganização do capital, resultaram em uma grave crise, com aumento do desemprego e aprofundamento da pobreza, conforme tratado no primeiro capítulo.

Os reflexos desse processo afetam toda a sociedade, mas são mais cruéis com relação aos jovens, considerados um dos grupos que mais sofrem com o desemprego, possuindo dificuldades de inserção e permanência no mercado de trabalho. Segundo Mesquita (s.d.) a taxa de desemprego dos jovens é aproximadamente o dobro da taxa de desemprego total do país. Isso acontece, segundo ele, pois, em um contexto de grande desemprego, aumenta-se as

¹⁵ Esses destinos foram acenados pela pesquisa “Jovens Pobres: de quem se fala?” do grupo de pesquisa “Geração, Trabalho e Espaço”, da Faculdade de Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, que buscou alguns caminhos para a compreensão da juventude atualmente, dentro os quais se destaca o reconhecimento desses três destinos.

exigências de qualificação, escolaridade e experiência profissional, o que dificulta a conquista do primeiro emprego ou de um novo posto de trabalho pelos jovens.

No entanto, o desemprego juvenil não pode justificar-se pela falta de escolarização ou capacitação, nem mesmo pela falta de procura por emprego, visto que o problema é estrutural. A taxa de escolaridade cresceu no Brasil¹⁶, os jovens estão muito mais escolarizados do que aqueles de há poucas décadas, contudo, o desemprego juvenil cresce devido ao modelo econômico vigente, que faz com que jovens, mesmo escolarizados, com curso de capacitação, não encontrem emprego, visto o cenário de desemprego estrutural existente.

Embora atualmente o incentivo seja por investimento na educação com vista à aquisição futura de uma profissão, o que têm levado muitos jovens a optarem pelo prosseguimento dos estudos em nível superior¹⁷, as modificações no mercado de trabalho introduziram alterações no tradicional processo de continuidade entre estudos e inserção profissional, fazendo com que, por exemplo, encontrem dificuldades de conseguir um emprego compatível com a formação adquirida.

A tendência de alta no desemprego juvenil é mundial. Segundo o relatório Tendências Mundiais de Emprego 2014 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) o desemprego entre jovens continua aumentando. Em 2013, 74,4 milhões de pessoas entre 15 e 24 anos estavam sem trabalho, o que representa uma taxa de desemprego juvenil de 13,1% mais do que o dobro da taxa de desemprego geral de 6%.

Um grupo específico que preocupa a organização são os chamados “NEET”, jovens que não trabalham, nem estudam, grupo que vem aumentando nos últimos anos. Nessa categoria, o Brasil ocupa a décima posição, com 18,4% de desempregados pertencentes à categoria registrados em 2009. Outra preocupação ainda é a grande incidência de jovens negros nesse grupo, de 28,2%.

Diante desse cenário de crescente desemprego e precariedade das relações de trabalho, que, muitas vezes, dificulta ou impossibilita o ingresso dos jovens pobres no mercado de trabalho formal, gestam-se formas de inserção que possibilitam a estes continuar trabalhando, mesmo que em condições subumanas. Inclui-se aqui além das atividades ilegais, o trabalho informal. Telles e Hirata (2007, p. 174) sinalizam que

¹⁶ Cf. PNAD 2012 – Síntese de Indicadores Sociais.

¹⁷ A expansão do ensino superior será tratada em outro momento deste estudo, mas cabe sinalizar que tem havido uma expansão do ensino superior por meio de uma gama de ações, projetos e programas voltados ao ingresso à educação superior pública e privada, que tem possibilitado o ingresso de jovens tradicionalmente excluídos à esse nível de ensino. No entanto, essa expansão gera uma expectativa difícil de ser atendida, pois esses jovens depositam no ensino superior sua esperança de mobilidade social e de ascensão, alternativa que se apresenta cada vez mais complexa, visto que não existe lugar no mercado de trabalho para toda mão de obra qualificada.

É justamente nas fronteiras penosas entre o ilegal e o informal, o formal e o informal que transitam, de forma descontínua e intermitente, as figuras modernas do trabalhador urbano, lançando mão das oportunidades legais e ilegais que coexistem e se superpõe nos mercados de trabalho. Oscilando entre empregos mal pagos e atividades ilícitas, entre o desemprego e o pequeno tráfico de rua, negociam a cada situação e em cada contexto os critérios de aceitabilidade moral de suas escolhas e seus comportamentos.

Os jovens pobres transitam nas fronteiras entre o trabalho, expedientes de sobrevivência e o ilícito, mas acontece que, na maioria das vezes, não conseguem trabalho formal e o mercado informal não garante a eles o atendimento das expectativas de consumo impostas socialmente, o que faz com optem pelo tráfico, que apresenta-se como alternativa de inserção, embora possa não ser permanente. Portanto, a inserção nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado vem sendo tecidas como forma de sobrevivência e prolifera-se como prática de trabalho, à medida que aumenta a apartação social.

Feffermann (2008) parte do princípio de que o jovem, ao ingressar no circuito do narcotráfico, não entra no mundo do crime, mas no mundo do trabalho, que é fora da lei, mas é o mundo do trabalho. Segundo a autora essa inserção lhes dá a possibilidade de trabalho e consumo, garante ao jovem ser “incluído marginalmente”, pois com o dinheiro oriundo do tráfico ele se sente incluído na lógica do mercado, que impõe a lógica do consumo, podendo comprar as roupas, ir ao shopping, assim “esse dinheiro é incorporado na sociedade capitalista e esse jovem passa a ser incluído” (Feffermann, 2008).

A autora afirma, ainda, ser um mito que o jovem não sai do tráfico. Segundo Feffermann (2008), muitos jovens passam pelo tráfico e voltam a estudar, mas acontece que o jovem geralmente não sai do tráfico por duas razões: “porque é uma forma de inserção [...] ele se sente respeitado, ele se sente dentro da sociedade. O outro motivo é o dinheiro, pois é um trabalho” (Ibidem, 2008). Acrescentaria ainda a forma como esse jovem é encarado ao passar pelo tráfico, o que limita suas possibilidades de uma inserção diferenciada, e, também, o fato de não haver trabalho para todos dentro da atual lógica capitalista.

A respeito da lógica de funcionamento do tráfico, Feffermann (2008) defende que é como qualquer indústria funcionando sob a lógica capitalista, onde os trabalhadores são sacrificados e passam por dominações idênticas e pelos sofrimentos oriundos das condições injustas produzidas na sociedade. O tráfico mantém a mesma estrutura de um trabalho formal,

com divisão do trabalho, distribuição das tarefas e responsabilidades a serem cumpridas¹⁸, embora se constitua enquanto trabalho ilegal.

Menegat (2013) faz apontamentos interessantes e pertinentes a respeito do engrossamento das fileiras das atividades de risco, como é o tráfico de drogas. O autor aponta que

O mais importante é observar que o desemprego entre os jovens é enorme no mundo inteiro, sem o amparo de políticas sociais consistentes e oriundos de famílias pobres, qualquer oferta de ocupação remunerada é para eles um senhor penhor. [...] Assim, aqueles jovens, em sua maioria negros, que engrossam essa atividade de risco que é o comércio de drogas ilícitas soa muito mais uma manifestação do limite das possibilidades lícitas de existência de sujeitos monetários numa sociedade em fim de linha do que qualquer tara ou perversão individual. (Menegat, 2013, p. 18-19)

Criam-se cada vez mais *massas sobrantes* na população, que já não tem nem mesmo a função de regulação no mercado de trabalho, não apresentam mais função alguma para o capital, chegando a ser um fardo, pouco importando sua existência ou não. Essa banalização se expressa na eliminação dos “indesejáveis”, principalmente os que estão apartados do consumo. O elevado índice de mortes violentas entre os jovens, sobretudo os pobres, aponta para essa configuração de sociedade que descarta os “indesejáveis”.

Os homicídios são hoje a principal causa de morte de jovens de 15 a 24 anos no Brasil e atingem especialmente jovens negros, do sexo masculino, moradores de periferia e áreas metropolitanas dos centros urbanos, demonstrado que a distribuição dos homicídios se dá pelo peso da seletividade econômica, étnica e espacial (BRITO; 2013, p. 216).

O número de mortes por homicídios no Brasil tem sofrido um aumento real. Se em 1996 a taxa de homicídios da população total era de 24,8 por 100 mil habitantes, cresceu para 27,1 em 2011, com isso, alcançamos a tétrica posição de sexto país com mais mortes violentas no mundo. Se considerarmos apenas os casos de jovens entre 15 e 24 anos, pulamos para quinta posição, visto que a taxa de homicídios juvenis que era de 42,4 por 100 mil habitantes em 1996, foi para 53,4 em 2011¹⁹. Segundo dados do SIM/DATASUS do Ministério da Saúde, mais da metade das mortes por homicídio em 2011 eram jovens.

18 Feffermann, em palestra ministrada na UNESP em setembro de 2008, realiza uma análise sobre a hierarquia do tráfico, apontando a complexidade de sua organização enquanto mercado de trabalho. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/1383/1084>>; acesso em maio 2014.

19 Informações retiradas de Júlio Jacobo Waiselfisz, *Mapa da Violência 2013: homicídios e juventude no Brasil* (Brasília, 2013), que, por sua vez, baseou-se no Sistema de Informação sobre Mortalidade (SIM), do Ministério

De acordo com o Índice de Homicídios na Adolescência (IHA)²⁰ a possibilidade de ser vítima de homicídio é maior entre adolescentes e jovens. Estima-se que o risco de adolescentes, com idade entre 12 e 18 anos, perder a vida por causa violenta é maior do que o risco da população geral, e análises complementares mostram que o risco de homicídio cresce até a faixa de 19 a 24 anos. Ainda na estimativa do IHA a probabilidade de ser vítima de homicídio é quase doze vezes superior para o sexo masculino, em comparação com o feminino, e mais do dobro para negros em comparação a brancos.

Pelo exposto, os jovens, de maneira especial os jovens pobres, têm suas vidas marcadas por oportunidades reduzidas, estando, muitas vezes, impossibilitados de construir ou realizarem o futuro que almejam, tendo em vista que “a particularidade da formação social onde se desenvolve a vida dos sujeitos possa surgir como um universo de condições que marcam as trajetórias possíveis de serem traçadas” (CASSAB, 2001, p. 14). No entanto, existem meios que possibilitam a construção de projetos diferentes daqueles colocados no tempo, espaço e sociedade em que o sujeito encontra-se inserido.

A reflexão realizada por Agnes Heller (1987) a respeito das noções de *fado* e *destino* embasam esse fundamento, ao discutir as possibilidades de escolha postas aos indivíduos nas sociedades modernas. A autora caracteriza a Modernidade enquanto “sociedade insatisfeita”, considerando a insatisfação gerada pelas diversas oportunidades colocadas aos indivíduos que, no entanto, nem sempre podem ser alcançadas por todos. Partindo desse entendimento a autora apresenta o que chama de contingência inicial e contingência secundária.

Segundo Heller (1987) a contingência inicial seria uma condição geral da existência humana, relacionada à posição ocupada pelo indivíduo na sociedade a partir de seu nascimento. Essa condição está associada à ideia de fado, ou seja, o nascimento determinaria os modos de vida dos sujeitos, demarcando limites às possibilidades postas aos indivíduos.

No entanto, considerando que nas sociedades modernas o indivíduo encontra-se submetido a um novo contexto que o torna portador de possibilidades, a autora diferencia a contingência inicial de contingência secundária, esta última semelhante à noção de *destino* trabalhada pela autora, que corresponde à conquista de possibilidades de escolhas pelos

da Saúde. Disponível em: <
http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2013/mapa2013_homicidios_juventude.pdf>; acesso em abril 2014.

²⁰ O Índice de Homicídios na Adolescência (IHA) é uma ferramenta desenvolvida pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos da Presidência da República (SEDH/PR), Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) e Observatório das favelas, em parceria com o Laboratório de Análises da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (LAV-Uerj) dentro do Programa de Redução da Violência Letal Contra Adolescentes e Jovens (PRVL). As estimativas sinalizadas foram retiradas de Dorian Luis Borges de Melo, Ignácio Cano, *Índice de homicídios na adolescência: IHA 2009-2010* (Rio de Janeiro: Observatório das Favelas, 2012). Disponível em: <
http://www.unicef.org/brazil/pt/br_indiceha10.pdf> acesso em abril 2014.

sujeitos. Segundo Heller (1987), nas sociedades modernas o fado se torna um contexto, e o indivíduo se torna portador de possibilidades de escolhas, passando a ter algum controle sobre suas escolhas. Em substituição a ideia de fado tem-se a ideia de *destino*.

Partindo desse entendimento, acredita-se que ao falar de juventude fala-se de destino e não de fado. Apesar da condição de classe delimitar modos de vida e possibilidades muitas vezes restritas aos indivíduos, o jovem é portador de um destino, que corresponde a possibilidades, embora restritas, postas como escolhas na vivência do presente, superando a ideia de fado, de um futuro predeterminado ainda que no parâmetro de sua classe social.

Embora os jovens pobres encontrem limitações de acesso a condições materiais para vivenciarem sua condição juvenil, considera-se que sua inserção em grupos de origens e objetivos diferenciados possa funcionar como referências na construção de suas trajetórias. Esses grupos podem ser, por exemplo, religiosos ou reunidos em torno de manifestações culturais, e propiciam convivências e redes de sociabilidade aos jovens, podendo ampliar suas perspectivas e apontar novos caminhos e realidades.

Velho (2008, p. 20) afirma que

o contato com outros grupos e círculos pode afetar vigorosamente a visão de mundo e o estilo de vida de indivíduos situados em uma classe socioeconômica particular, estabelecendo diferenças internas. A interação com redes de relações mais amplas e diversificadas afeta o desempenho dos papéis sociais.

O propósito deste estudo é buscar compreender de que maneira a dinâmica do território e as relações possíveis de serem estabelecidas no mesmo podem influenciar na construção e realização dos projetos de vida dos jovens. Nesse sentido, entender o contexto atual e suas implicações na vida dos sujeitos é de suma importância ao buscar-se compreender as trajetórias dos jovens. Parte-se do princípio que os jovens pobres, mesmo envoltos as limitações, são portadores de um destino, que possibilita um leque, ainda que reduzido, de escolhas frente ao contexto atual.

CAPITULO 3 – JOVENS POBRES DA PERIFERIA URBANA E PROJETOS DE VIDA: UM ESTUDO NO CONDOMÍNIO PARQUE DAS ÁGUAS

A apresentação dos projetos de vida dos jovens entrevistados dá-se mediado pelo território a que estão submetidos e pelas redes de sociabilidade estabelecidas. Para tanto, elencamos as particularidades do local de moradia dos jovens da pesquisa, para embasar a análise realizada acerca dos projetos apresentados. A apresentação dos projetos de vida dos jovens dá-se mesclada com a discussão teórica a respeito da compreensão de projeto de vida.

3.1- As particularidades do local de moradia dos jovens entrevistados

Os jovens envolvidos na pesquisa, como apresentado na introdução, são residentes no condomínio Parque das Águas, empreendimento do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV) inaugurado em Juiz de Fora em julho de 2012. O empreendimento possui 565 casas e está localizado na área da antiga Fazenda Santa Cândida, no bairro Monte Castelo, região periférica da cidade.

Figura 1 – Empreendimento Parque das Águas



Fonte: Panoramio – Elaborada por Jorge A. Ferreira Jr.

Figura 2 – Rua do Empreendimento Parque das Águas



Fonte: Panoramio – Elaborada por Jorge A. Ferreira Jr.

As famílias transferidas para o local, além de enquadradas nos critérios de renda estabelecidos pela CEF, com renda familiar de até R\$ 1600,00, foram selecionadas com base em critérios estabelecidos pela Prefeitura Municipal de Juiz de Fora e aprovados pelo Conselho Municipal de Habitação, a saber: residir em JF há mais de dois anos; famílias com mais de um filho com idade inferior a 16 anos; família chefiada por mulher; família que mora em área de risco; idosos com idade igual ou superior a 60 anos; pessoas com deficiência; e família em vulnerabilidade social. Configura-se, portanto, um público específico para o programa, fundamentalmente, famílias em situação de risco e vulnerabilidade social. As famílias transferidas para o Parque das Águas, segundo levantamento realizado pelo NuGea, são oriundas de áreas de risco, de submoradias ou de aluguel que comprometia a maior parte da renda familiar.

Os jovens pesquisados são todos oriundos de bairros de regiões periféricas da cidade de Juiz de Fora. Quatro (4) jovens são de bairros da região Norte, mesma do empreendimento, no entanto, localizados ainda mais afastados do Centro que o local onde foi construído o Parque das Águas, sendo os bairros de origem: Nova Era, São Judas Tadeu, Santa Cruz e Barbosa Lage. Como apontado no decorrer do trabalho, a região Norte é historicamente habitada pelos segmentos mais pauperizados da classe trabalhadora. Os outros dois (2) jovens são oriundos dos bairros Bom Jardim e São Pedro, bairros também periféricos, embora este último pertença à região Oeste, que vem configurando-se enquanto eixo de expansão imobiliária e econômica da cidade, como apontado.

Considerando-se os bairros de origem dos jovens, tem-se que enfrentam, desde sempre, as dificuldades e/ou precariedade de acesso aos bens e serviços oferecidos na cidade, característico das regiões periféricas. No entanto, enfrentam no empreendimento, a particularidade de terem sido transferidos para um local construído e entregue sem a contrapartida prévia de equipamentos sociais básicos, o que impacta diretamente nas condições de vida dos sujeitos.

O empreendimento enfrenta a falta de equipamentos urbanos básicos e essenciais, como creches, escolas, postos de saúde e áreas de lazer, além de transporte público precário, o que faz com que os moradores tenham que utilizar os equipamentos públicos do entorno, no bairro Monte Castelo, que mostram-se insuficientes, visto que a comunidade enfrenta dificuldade de acessar os serviços como UAPS e escolas. A estrutura urbana precária do local é característica da urbanização periférica, marcada pela insuficiência de recursos sociais e déficit de infraestrutura e melhorias urbanas.

O problema da falta de equipamentos urbanos básicos é comum à todas as unidades implementadas na primeira fase do programa MCMV na cidade²¹. Segundo reportagem do jornal local, *Tribuna de Minas*²²,

as oito regiões de Juiz de Fora nas quais foram implementadas o programa habitacional ‘Minha casa, minha vida’ enfrentam as consequências do adensamento sem que tenha havido simultânea adequação de equipamentos públicos, como escolas, transporte público e postos de saúde. [...] o resultado é que crianças e adolescentes estão sem estudar por falta de vagas em instituições próximas, as filas para atendimento são cada vez maiores nas unidades de saúde, faltam áreas de lazer [...] Tal situação desrespeita um dos critérios da própria Caixa Econômica Federal para a liberação do projetos. De acordo com cartilha disponível no site do banco, cabe aos estados e municípios oferecerem contrapartida do setor público local, como por exemplo, a “existência prévia de equipamentos sociais, compatíveis com a demanda do projeto”.

O Diagnóstico das Famílias Beneficiadas, realizado pela equipe técnica da EMCASA, através da aplicação de questionários às famílias residentes no empreendimento Parque das Águas²³, constatou que: apenas 50,26% reconhecem a existência de uma UAPS no território, sendo que destas 84% informaram que a mesma não atende os moradores do Parque das Águas; com relação à creche 72,48% responderam não ter creche referenciada no território do empreendimento e 78,83% apontaram que as crianças não estão sendo atendidas em creche; em relação à escola 60,31% mencionou a existência de escolas no entorno do empreendimento, mas quanto ao acesso, apenas 45,50% informaram que são atendidas pelas escolas localizadas nos bairros próximos. Dado interessante diz respeito ao acesso aos serviços socioassistenciais, 47,09% expressaram desconhecer o CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e 43,91% informaram não ter acesso a este serviço público, apesar de ser o público prioritário da política.

Em outubro de 2014 a Prefeitura inaugurou a escola construída no empreendimento, mas esta atende somente estudantes da educação infantil até o quinto ano do ensino fundamental. Existe ainda uma creche para ser inaugurada no bairro Jardim Cachoeira, que atenderia a demanda dos moradores do empreendimento Parque das Águas, mas, embora

²¹ Na primeira etapa do programa foram disponibilizadas 2.632 casas, distribuídas entre 9 empreendimentos, sendo 281 destinadas à famílias que estavam em aluguel social ou em ocupações irregulares e 100 indicadas pela defesa civil, as restantes foram distribuídas por meio de sorteio conforme o cadastro.

²² Cf. Desestrutura urbana afeta milhares em Juiz de Fora. Jornal *Tribuna de Minas*, online, 08 de março de 2013. Disponível em: < <http://www.tribunademinas.com.br/cidade/desestrutura-urbana-afeta-milhares-em-juiz-de-fora-1.1238897>> Acesso em: julho 2014.

²³ O diagnóstico foi realizado pela equipe técnica social da EMCASA em 2013 e foram aplicados cento e oitenta e nove formulários, que corresponde à 33,45% do total de unidades habitacionais do empreendimento.

praticamente pronta, não existe previsão para inauguração, devido dificuldade de convênio pela Prefeitura. O acesso aos serviços de saúde e educação dá-se, ainda, no bairro vizinho, Monte Castelo, que encontra dificuldades em atender toda a demanda. Dessa forma, os moradores continuam descobertos por equipamentos e serviços públicos básicos.

Os próprios moradores do Parque das Águas reconhecem a deficiência de equipamentos públicos. Um grupo de alunas do curso de graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Juiz de Fora, em entrevista realizada com os moradores do empreendimento Parque das Águas para o trabalho de conclusão de curso²⁴, constataram que os moradores reconhecem diversas dificuldades, como o pouco número de vagas para atendimento na UAPS do Monte Castelo, que faz com que tenham que madrugar para conseguir atendimento; a distância da escola, que faz com que crianças e jovens estejam fora dela; a deficiência das linhas de ônibus, que não cumpre os horários e faz um trajeto muito longo até o centro.

Os jovens entrevistados na pesquisa de dissertação reconhecem as limitações presentes no território, reclamam do atendimento no posto de saúde, da falta de área de lazer na região, da falta de segurança, da precariedade da escola e do transporte público.

Parque das Águas não tem área de lazer para as crianças, totalmente destruída, olha só, não tem patrulhamento, não tem patrulhamento, não oferece segurança para os moradores. (Jovem 2)

(...) no posto aqui eu tenho que ficar uma hora pro médico me passar um dipirona, uma hora na fila morrendo. (Jovem 1)

(...) nada é bom aqui, na escola, bairro, tudo (...) aqui não tem muito recurso. (Jovem 4)

A discussão referente aos déficits de equipamentos urbanos no local surgiu no decorrer das entrevistas, a partir da menção ao empreendimento, no momento em que os jovens foram questionados sobre as mudanças com a vinda para o Parque das Águas. Os jovens fizeram apontamentos comparativamente aos bairros de origem, que embora periféricos e precários, oferecem uma estrutura mínima de equipamentos e serviços, totalmente ausente no empreendimento. Além dos déficits do local, os jovens apontaram o alto índice de violência resultante da dinâmica de distribuição das unidades, que fez eclodir diversas formas de

²⁴ Cf. SANTOS, Ana Cláudia dos; SOARES, Camila Aparecida de Lima; VICENTE, Maria Alice de Souza. O programa Minha Casa Minha Vida e as novas condições de segregação territorial da população negra: Um ensaio sobre os moradores do Parque das Águas – Juiz de Fora. 2014. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

violência na região, sobretudo, relacionada ao conflito territorial, amplamente noticiada pela imprensa local²⁵, com destaque para as mortes violentas.

(...) é um lugar muito perigoso, sabe, eu escuto muito barulho de tiro, muito, muito, cheio de droga. (Jovem 1)

Ai fica assim, acontece muitas coisas desse tipo assim, gente morrendo, gente morrendo todo mês lá. Antigamente tava morrendo uns dois por mês lá, agora deu uma manerada, porque muitos foram presos, muito morreram lá também, morreram. (Jovem 2)

Tanto os déficits urbanos quanto o alto índice de violência no local implicam diretamente na vivência da juventude pelos sujeitos da pesquisa, demarcam suas relações e usos do território e, conseqüentemente, interferem na construção e realização de seus projetos de vida. Por estarem inseridos em uma realidade urbana marcada pela precariedade e ausência, bem como por formas de violência diversas, os jovens acabam tendo suas vidas marcadas por oportunidades reduzidas, estando suas trajetórias submetidas à particularidade da formação social onde se desenvolvem. Tais condições acabam criando barreiras de acesso à estrutura de oportunidades aos indivíduos, que possibilitam que saiam ou permaneçam na situação de pobreza em que vivem. Portanto, considera-se que morar no Parque das Águas agrega desvantagens importantes aos jovens e suas famílias, dificultando aos mesmos entrar em contato com recursos diferentes dos que circulam regularmente em seu entorno, afetando as estruturas de oportunidades.

No entanto, embora submetidos à realidade acima mencionada, os jovens entrevistados apresentam projetos de vida totalmente diferentes da trajetória de vida construída por grande parte da juventude do local, tendo como perspectiva de futuro a continuidade dos estudos e inserção no mercado de trabalho. Reconhecem o estigma relacionado à juventude do local e buscam uma diferenciação, observada nas falas, quando questionados sobre forma como os jovens do Parque das Águas são vistos. A fala de um dos jovens expressa a ideia geral dos entrevistados:

[...] eu acho que eles generaliza muito, bastante. Porque, assim, sempre quando eu ouço falar eles falam que os jovens do Parque das Águas é violento, sabe, que é muito violento, que é isso, que é aquilo, mas não é todos entendeu?! Tem uns também que se interessam em estudar, em trabalhar, só que pelo fato de ter alguns que não gostam disso, eles generalizam muito, assim, de ruim, fala que é ruim ne?! (Jovem)

²⁵ Cf. Jornal Tribuna de Minas. Disponível em: <http://www.tribunademinas.com.br/cidade/>>.

Os jovens entrevistados apresentam seus projetos de vida construídos numa tentativa de diferenciação, num esforço de desconstruir a estigmatização negativa relacionada à juventude do local e demonstrar seu empenho e de suas famílias na busca por possibilidades de superação da condição de pobreza, pelo vislumbre de um futuro de perspectivas, como será apresentado no item que segue.

3.2- O projeto de vida dos jovens: presente e futuro

O projeto de vida precisa ser compreendido enquanto a construção de algo a ser realizado a partir de escolhas e possibilidades colocadas no tempo presente, em função das experiências sócio-culturais, das vivências e interações interpessoais e com as instituições (Mendes, 2008), mediada pelo território onde os sujeitos residem e circulam. Nesse sentido, a dimensão do território ganha centralidade neste estudo, como ponto de partida para pensar os projetos de vida dos jovens pobres.

Busca-se compreender a maneira como as condições postas pela vivência no território e as redes de sociabilidade possíveis de serem estabelecidas no mesmo, influencia na construção e realização dos projetos de vida dos jovens. Procura-se identificar se as condições encontradas na vivência do território, marcado por suas carências e estigmatizações, reafirma ou apresenta novas possibilidades aos jovens, compreendendo que a dimensão da sociabilidade, o processo de inserção no mercado de trabalho, a escolarização e as relações familiares influenciam nas experiências juvenis e determinam as trajetórias de vida.

Os projetos de vida apresentados pelos jovens da pesquisa giram em torno da expectativa de ingresso no ensino superior e inserção no mercado de trabalho. Dos seis (6) jovens entrevistados, cinco (5) apresentam como projeto a tentativa de inserção no ensino superior após a conclusão do ensino médio. Apenas um (1) jovem destoa, tendo como perspectiva a prestação de concurso público para inserção na Polícia Militar.

Eu pretendo [...] eu pretendo ir para a UFJF estudar medicina. (Jovem 1)

Quanto eu terminar o ensino médio... espero que eu tenha emprego próspero [...] Eu vou trabalhar pra pagar a faculdade. (Jovem 2)

Ah, eu tô querendo fazer faculdade de gastronomia. (Jovem 3)

(...) prova da política. (Jovem 4)

Eu queria, eu tenho vontade, de fazer curso técnico de administração, mas eu tenho vontade de fazer faculdade de nutrição. (Jovem 5)

Ah, eu quero fazer uma faculdade de administração. (Jovem 6)

Embora, inicialmente, apenas um (1) jovem apresente a inserção no mercado de trabalho enquanto condição prévia de ingresso no ensino superior, no decorrer das entrevistas observa-se que a totalidade dos jovens depende da conciliação estudo/trabalho para realização de seus projetos de vida. Conforme sinaliza Dayrell (2007, p. 1109) “para os jovens a escola e o trabalho são projetos que se sobrepõe ou poderão sofrer ênfases diversas, de acordo com o momento do ciclo de vida e as condições sociais que lhe permitem viver a condição juvenil”.

Ainda que nos últimos anos tenha se ampliado a presença dos jovens na escola básica e na universidade, como será tratado no decorrer deste capítulo, o trabalho é presente nos trajetos, especialmente, dos jovens pobres. Os avanços não eliminam os traços desiguais que caracterizam os percursos e trajetórias juvenis, que apresentam-se muito diversificados. Enquanto os jovens da classe média e alta têm a possibilidade de cursar o ensino superior com vista à inserção no mercado de trabalho ao final deste percurso, predomina entre os jovens de baixa renda a necessidade de trabalhar para estudar.

(...) a gente vai ter que trabalhar, se preocupar com outras coisas, além do estudo, pra quem, igual filhinho de papai lá, que você só estuda e é isso mesmo, então, é, e pra eles é mais fácil (...) a gente não tem opção a não trabalhar, é diferente, esse vai ser o nosso problema. Querendo ou não a gente vai ter que trabalhar, querendo ou não a gente tem que ajudar a família, não adianta, a gente não tem a opção a não trabalhar. (Jovem 1)

No Brasil, a juventude não pode ser caracterizada pela moratória em relação ao trabalho, para grande parcela dos jovens a condição juvenil é vivenciada porque trabalham, garantindo o mínimo de recursos para o lazer, o namoro e consumo. Os jovens vivenciam um ingresso precoce no mercado de trabalho e a conciliação ou superposição de estudo e trabalho (Corrochano, 2013).

A inserção precoce dos jovens no mercado de trabalho é consequência da necessidade de sobrevivência ou ajuda a família, mas também do consumo dos jovens, que utilizam parte de sua renda para aquisição de vestimentas e calçados, para atividades culturais e de lazer e, especialmente, para viabilizar a continuidade de seus estudos. Nesse sentido, a inserção no mercado de trabalho coloca a possibilidade de independência pessoal, de ajuda ou provisão da família e de realização pessoal, visto que contribui para a realização de um futuro profissional. Os jovens entrevistados apontam a necessidade de trabalhar para ajudar a família

e arcar com os custos da inserção no ensino superior, sem exigência quanto à qualidade dos postos de trabalho.

A inserção precoce no mercado de trabalho coloca-se enquanto realidade dos jovens pesquisados, visto que, no momento da entrevista, quatro (4) dos seis (6) jovens entrevistados estavam trabalhando ou haviam passado pelo mercado de trabalho recentemente. Apenas um (1) inseria-se no mercado de forma regular, com carteira de trabalho assinada, como aprendiz, os demais se inseriam em postos informais de trabalho, como ajudante de pedreiro, atendente em lanchonete e babá.

Diante de um mercado de trabalho saturado, decorrente do cenário atual de crescente desemprego e exigência de qualificação, os jovens mobilizam múltiplas estratégias para ganhar a vida, improvisam diferentes maneiras para ganhar dinheiro, ora procurando resolver de maneira criativa os desafios e as dificuldades que surgem, ora inseridos em atividades marginais e ilegais. Segundo Telles (2006), as alternativas encerram-se na experiência do trabalho incerto e descontínuo, nas esperanças frustradas de um emprego regular e na impossibilidade de outro futuro que não seja o círculo fechado entre o trabalho precário, o desemprego e as irregularidades, quando não ilegalidades.

Segundo dados do Boletim Juventude Informa²⁶, entre 1995 e 2013, em média, quase metade dos jovens ocupados, de 15 a 29 anos, exerciam suas atividades em postos informais de trabalho. A taxa de informalidade, no período, oscila em torno de uma média de 47,8%. Há uma distinção, no que tange a informalidade, entre os jovens adolescentes de 15 a 17 anos e os demais jovens de 18 a 24 anos e 25 e 29 anos. A taxa de informalidade para os mais novos passou por um longo período de expansão, atingindo uma marca de 90,7% em 2007. A partir daí ocorre uma redução da informalidade, chegando a 74,5% em 2013. Já para os grupos de 18 a 24 anos e 25 a 29 anos, o cenário é mais favorável, atingindo o percentual de 36,5% e 31,5%, respectivamente, em 2013. Portanto, a qualidade dos postos de trabalho disponíveis para os jovens de 15 a 17 anos é mais baixa que as disponíveis para jovens de 18 a 29 anos.

Diante de um cenário de crescente desemprego e precariedade das relações de trabalho, o ingresso dos jovens pobres no mercado de trabalho formal e regular torna-se cada vez mais difícil, e a inserção nas redes ilegais do narcotráfico e do crime organizado acaba sendo tecida enquanto forma de sobrevivência, proliferando-se enquanto prática de trabalho, à

²⁶ O Boletim Juventude Informa é uma publicação do Participatório-Observatório Participativo da Juventude da Secretaria Nacional de Juventude/SNJ e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada/IPEA, que busca subsidiar o debate sobre as políticas públicas de juventude. O Boletim que trata do tema trabalho foi o segundo lançado, em outubro de 2014. Disponível em <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/150121_juventude_informa>

medida que aumenta a apartação social. Os jovens entrevistados deparam-se, cotidianamente, com essa realidade, visto ser a inserção no tráfico de drogas uma estratégia comumente traçada pelos jovens pobres nas periferias urbanas. Conforme defendido por Feffermann (2008), essa inserção apresenta-se enquanto inserção no mercado de trabalho, embora fora da lei, oferecendo ao jovem a possibilidade de trabalho e consumo.

O trabalho realizado por MV Bill e Celso Athayde (2007) com os meninos e meninas que trabalham no tráfico de drogas, ao longo de oito anos nas favelas de todo Brasil, evidencia que a inserção no tráfico é tecida, na maioria das vezes, como forma de sobrevivência, ajuda a família e acesso ao consumo. Tomando como referência para análise a entrevista realizada com uma jovem de 17 anos, envolvida no tráfico, a mesma alega ter entrado

Por causa do dinheiro. Que não é muito, mas dá pra ficar tranquila. Tipo assim, dou um dinheiro pra minha mãe e assim eu vou. Às vezes dá pra curtir uma festinha, dar um rolé no shopping, comprar umas roupas, umas paradas que eu gosto. (BILL e ATHAYDE, 2007, p. 246).

A inserção no tráfico de drogas oferece uma possibilidade de acesso ao consumo e à sobrevivência. Como relatado pela jovem, dá “uma possibilidade de nós arrumar um dinheiro. [...] se não fosse ele nós ia tá como aí? Ele que tá dando um dinheiro pra nós. Ele tá dando uma oportunidade que a gente não ia ter fora do tráfico.” (BILL e ATHAYDE, 2007, p. 250). A saída do tráfico é almeja por muitos jovens, mas estes deparam-se com as limitações de acesso ao mercado de trabalho formal e regular. A mesma jovem relata que “às vezes eu até quero sair, mas eu penso: se eu sair eu vou trabalhar onde? Pô, mas aonde que eu vô arrumar emprego?! Pô, é difícil... Vou ficar maior tempão parada.” (BILL e ATHAYDE, 2007, p. 245).

No entanto, considera-se que, mesmo diante das dificuldades, a inserção no circuito do narcotráfico e do crime organizado não se coloca como a única alternativa aos jovens pobres. Existe um grupo de jovens que, mesmo submetidos a condições adversas, envolto as desigualdades e limitações materiais e subjetivas, procuram construir trajetórias alternativas, por meio do trabalho, grupo em que se enquadram os jovens da pesquisa, que embora construam seus projetos de vida em torno da inserção no ensino superior, este dá-se com vista a inserção, posterior, no mercado de trabalho em postos mais qualificados.

Chama atenção o fato de a expectativa de ingressar no ensino superior estar, na maioria das vezes, desvinculado da realidade de vida dos jovens, uma vez que a baixa escolaridade dos responsáveis é uma característica comum aos jovens entrevistados. Os

responsáveis concluíram apenas as séries iniciais do ensino fundamental, apenas a mãe de um dos jovens concluiu o ensino médio e o irmão de uma jovem chegou a concluir o ensino superior. No entanto, houve um processo de expansão do ensino superior público e privado que garantiu a incorporação de jovens e adultos oriundos de classe sociais, raça/etnia e região de moradia tradicionalmente excluídas desse nível de ensino, que pode justificar a escolha dos jovens pelo prosseguimento dos estudos, com vista a aquisição de uma ocupação regular ao final do processo de escolarização superior.

Embora considere-se, posteriormente, as dificuldades de integração a vida ativa após o término da escolarização superior, devido as modificações no mercado de trabalho, que geram, sobretudo, a instabilidade, é necessário considerar que os jovens estão transitando para a vida adulta enquanto membros da primeira geração que viveu importantes alterações no sistema educacional, com a ampliação do acesso a todos os níveis de ensino.

Com relação aos jovens entrevistados, tomando como referência a realidade da juventude brasileira, o fato de estarem cursando o ensino médio é um indicador diferencial que aponta a busca por oportunidades, visto que a educação é considerada uma dimensão da vida do jovem fundamental a garantia de oportunidades, seja de acesso ao trabalho, de obtenção de maiores rendimentos, e corresponsável pela constituição de sujeitos sociais e suas visões de mundo (SNJ/IPEA, 2014).

Segundo dados do IPEA (2014), nos últimos vinte anos, houve um aumento contínuo e acelerado da frequência dos jovens ao ensino médio, particularmente daqueles com idade adequada ao ciclo, correspondente aos jovens de 15 a 17 anos de idade, saindo de um patamar de 23% em 1995, chegando a mais de 55% em 2012. Ainda assim, é necessário melhorar os indicadores para o ensino médio, visto que pouco mais de 50% dos jovens entre 15 e 17 anos estão frequentando esta etapa, demonstrando um gargalo no fluxo escolar.

A proporção de jovens de 15 a 17 anos no ensino fundamental é considerável, sendo no primeiro ciclo de 2,2% e no segundo 24,6%. Tem-se ainda que cerca de 20% dos jovens de 15 a 17 anos não trabalham e estudam. Vivencia-se um quadro de expansão do ensino médio, mas a defasagem idade/série ainda é grande, bem como o abandono escolar precoce.

A grande parte dos jovens que estudam hoje no ensino médio constitui-se na primeira geração a chegar a esse nível de ensino. No Brasil, especialmente, a partir de meados de 1990, houve uma expansão escolar, sendo o ensino médio o nível de ensino que mais expandiu no período, resultado da ampliação de vagas e das medidas tomadas contra a retenção escolar. Mas tal expansão não se caracteriza como um processo de universalização da educação, uma vez que a porcentagem de jovens fora da escola ainda é alta e persistem os altos índices de

evasão e reprovação, embora se possa afirmar que houve um aumento nos anos de escolaridade entre as gerações mais jovens brasileiras.

Segundo a PNAD 2012²⁷, embora o acesso à escola tenha se universalizado, desde meados de 1990, para a população de 06 a 14 anos, a elevada taxa de frequência escolar dos jovens de 15 a 17 anos (83,7%) esconde os efeitos da defasagem idade-série. Somente metade destes jovens frequentava o ensino médio em 2011. Como consequência do atraso escolar, cerca de metade dos jovens estudantes de 18 a 24 anos, que deveriam ter concluído sua trajetória escolar na educação básica e ingressado na universidade, não cursavam esse nível de ensino.

Observa-se, ainda, que há uma discrepância na distribuição dos estudantes de 18 a 24 anos de idade, por nível de ensino frequentado, segunda a cor ou raça. De acordo com a PNAD, em 2001, entre a população branca, os estudantes se distribuíam de maneira mais ou menos equilibrada, com 39,6% frequentando o ensino superior e 34,3% frequentando o ensino médio. Em 2011, a proporção passa para 65,7% de estudantes no ensino superior e 24,1% no ensino médio. No que se refere a população preta ou parda, observa-se avanços significativos; se em 2001 essa população concentrava-se nos ensinos médio e fundamental, com 43,9% e 32,2%, respectivamente, com o percentual de apenas 10,2% no ensino superior, em 2011 essa população encontra-se, predominantemente, nos ensinos médio e superior, 45,2% e 35,8%, respectivamente, com um percentual de apenas 11,8% no ensino fundamental²⁸. Embora tenha havido um avanço significativo com relação à frequência de estudantes pretos ou pardos, de 18 a 24 anos, no ensino superior, é necessário apontar que a discrepância na distribuição ainda é relevante, visto que a porcentagem de jovens brancos que frequentava o ensino superior corresponde a um percentual muito elevado se comparado a de pretos e pardos, sendo 65,7% e 35,8%, respectivamente. Observa-se, ainda, que o aumento na frequência de jovens pretos ou pardos no ensino superior, entre 2001 e 2011, não foi suficiente para alcançar a mesma proporção dos jovens brancos dez anos atrás.

Ainda que o processo de expansão do ensino superior apresentem limitações e contradições, é impossível negar o fato de a universidade contemplar uma maior parcela da população brasileira e uma maior heterogeneidade social. O aumento considerável de jovens

²⁷ PNAD 2012 – Síntese dos Indicadores Sociais.

²⁸ Os dados da PNAD foram colhidos em artigo publicado pela Prof. Dra. Mônica Peregrino nos cadernos do CEDES – Centro de Estudos Direito e Sociedade, associado ao Departamento de Sociologia e Política da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, intitulado “Juventude, escola e trabalho: uma aproximação necessária”. Disponível em < <http://www.cis.puc-rio.br/cedes/>>.

no ensino superior, apontado pela PNAD 2012, é fruto da expansão educacional brasileira das três últimas décadas, que levou a ampliação do ensino superior, por meio da expansão do setor privado de ensino e, posteriores, incentivos governamentais que expandiram as vagas no setor público.

Essa expansão deu-se por meio de uma gama de ações, projetos e programas voltada para o acesso à educação superior pública e privada, como o Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior (Fies), o Programa Universidade para Todos (ProUni), o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), o Ensino a Distância (EAD), o Sistema de Seleção Unificada (SISU), o Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) e o Sistema de Cotas.

As estratégias de ingresso no ensino superior traçadas pelos jovens da pesquisa são perpassadas pela alternativa de bolsas pelo ProUni, bem como pelo financiamento pelo Fies. Segundo dados do MDS (2014), os negros representam mais da metade dos bolsistas do ProUni, dos cerca de 1,2 milhões de contratos do referido programa, 630 mil são bolsistas negros. Segundo Dias (2014), o ProUni é uma estratégia das políticas públicas para inserção dos beneficiários negros e pobres no sistema educacional. Esse é um dado interessante, visto que todos os jovens entrevistados são pretos ou pardos e, provavelmente, terão que submeter-se ao sistema de bolsas para ingressar no ensino superior, visto a necessidade de conciliar estudo e trabalho, como apontado pelos próprios jovens.

Ainda que o ProUni tenha sido responsável por levar milhões de pessoas de baixa renda a universidade, aumentando o acesso ao ensino superior a uma população historicamente excluída, o programa apresenta contradições. Os jovens pobres, egressos de escolas públicas, enfrentam uma ampla concorrência para aquisição de bolsas em universidades privadas onde aqueles que têm condições de pagar a mensalidade ingressam facilmente, além de serem obrigados a buscar diferenciarem-se, visto que não adianta ser bom aluno sem bons contatos para potencialização das oportunidades. Conforme matéria publicada na Revista Carta Capital²⁹, mesmo com um diploma igual, jovens de classes sociais mais baixas tendem a obter remuneração menor do que seus colegas vindos das classes mais altas, conforme a “lei de rendimento diferencial do diploma”, defendida por Bourdieu.

De maneira geral, considera-se que, a ampliação do acesso ao ensino superior possa surgir enquanto justificativa para escolha dos jovens pelo prosseguimento dos estudos em nível superior, relacionada ao desejo de mobilidade social dos jovens e suas famílias. Há uma

²⁹ Cf. ProUni, dez anos depois. Disponível em: < <http://www.cartanaescola.com.br/single/show/527>>, acessado em 02 de julho de 2015.

expectativa de que o aumento da escolarização amplia as chances de inserção em empregos formais, mais qualificados e de maior rendimento, no entanto, enquanto para as gerações anteriores a perspectiva de mobilidade por meio da escolarização estava posta, mesmo que remota, para os jovens de hoje essa alternativa é cada vez mais complexa, tendo em vista o cenário atual do mercado de trabalho, marcado pelo desemprego, precarização e instabilidade, amplamente discutidos no primeiro capítulo deste trabalho.

O encontro entre qualificação e ocupação depende do modelo de desenvolvimento econômico do país. Embora o diploma de nível superior represente para os indivíduos oportunidades de mobilidade social, por meio de carreiras profissionais mais promissoras, nem sempre há ocupação qualificada para todos, sobretudo quando há oferta exagerada de pessoas com o mesmo nível de qualificação. Com a disseminação de oportunidades escolares os diplomas tornam-se mais comuns, perdendo a capacidade de credenciar os indivíduos ao mundo do trabalho, somado às transformações estruturais nas três últimas décadas, que provocaram, entre outros efeitos, o desassalariamento e o desemprego.

A expectativa de aquisição imediata de ocupação no mercado de trabalho após a conclusão do ensino superior não se efetiva, visto que o número de gradados cresce mais rápido que as ocupações. Não existe lugar no mercado de trabalho para todos, parcela significativa fica fora das possibilidades de inserção em ocupações correspondentes à qualificação. Segundo estudo realizado por Comin (2001) cresce o número de pessoas com ensino superior em ocupações no mercado de trabalho que formalmente não requerem mais do que o ensino médio ou apenas o ensino fundamental. Isso é consequência da expansão do ensino superior e do modelo de desenvolvimento econômico do país, que não gera ocupações qualificadas na mesma proporção. Embora os jovens não demonstrem ter plena consciência desse contexto, identificam realidades que submetem a essas questões. Uma das jovens entrevistadas relata a dificuldade de profissionais, mesmo formados, atuarem na área.

(...) não é todo mundo que consegue um emprego na área que fez, então, é difícil, (...) Porque tem muita gente... Ali na Alma Viva [empresa de telemarketing da cidade] tem uma mulher que ela é advogada, ela trabalha na Alma Viva. (Jovem 5)

Questiona-se até que ponto o crescimento de indivíduos com diploma de nível superior se traduz em melhores oportunidades de trabalho?

Ainda sim, deve-se considerar que, embora o prosseguimento dos estudos em nível superior não garanta a aquisição imediata de ocupação regular ao final da escolarização,

confere aspirações e apresenta novas possibilidades, sendo tecida pelos jovens da pesquisa enquanto estratégia de diferenciação.

No tocante aos projetos de vida apresentados pelos jovens, de maneira geral, percebe-se que são suscitados a partir da convivência com pessoas ou em meios que geram essa expectativa, embora desvinculado da realidade familiar, visto a baixa escolaridade dos responsáveis.

Eu... eu queria, eu tenho vontade de fazer curso técnico de administração, mas eu tenho vontade de fazer faculdade de nutrição. (...) Eu vejo uma menina que fazia, ela falava que era bom, eu fiquei assim, sabe, “ah, me interessei, quero fazer também”. Meu irmão ele fez faculdade, fez de processos gerenciais. Já formou, agora ele quer fazer o mestrado. (Jovem 5)

Ah, eu quero fazer uma faculdade de administração. Porque a primeira vez que eu fui fazer um curso, fui fazer na Premier System, eu gostei muito da área, que eu quero me aprofundar. (Jovem 6)

Apesar de os projetos de vida serem individuais, percebe-se que os sujeitos reconhecem-se, de alguma forma, nos outros, através de semelhanças e coincidências. Ou seja, os projetos construídos pelos indivíduos estão relacionados ao círculo social. Léon (2009, p. 66-7) afirma que os

sonhos com respeito ao futuro fazem parte de um processo que é íntimo, profundamente pessoal, mas cuja fonte não está no vazio, fora de toda ligação com a realidade [...] Ao contrário, as aspirações nascem de condições sociais, dos “modos de vida que configuram essas condições. Nutrem-se de relatos escutados, de histórias familiares conhecidas, do que aconteceu com o amigo, do que chegou a ser o “conhecido”, do que teve que fazer o familiar para “ser o que é” e para “ter o que tem”. Aí está a fonte e, ao mesmo tempo, o filtro desses sonhos, o fundo em que se contrasta o ideal e o possível, *que transforma a aspiração em expectativa*.

No entanto, como assinalado por Velho (2008, p. 30), os projetos de vida “tem de se basear em um nível de racionalidade cotidiana em que as expectativas mínimas sejam alcançáveis”. Embora os jovens apontem as dificuldades que irão encontrar, ou até mesmo baseiem-se em histórias de conhecidos e familiares, como o jovem cujo irmão concluiu o ensino superior depois de trancar duas vezes a faculdade, os projetos parecem deslocados da realidade e, por isso, o futuro coloca-se incerto e temido para os jovens, que têm dificuldades de pensar e elaborar estratégias para realização de seus projetos de vida.

Apesar da expectativa de ingressar no ensino superior, os jovens não constroem no presente estratégias que possibilitem essa inserção, uma vez que protelam a preparação para prestar vestibular, apesar de estarem concluindo o ensino médio. Percebe-se que os jovens limitam-se ao tempo presente e localizam o tempo da juventude no “aqui” e no “agora” (Dayrell, 2007), negando o presente enquanto espaço de formação, deixando de criar e significar seus projetos de vida.

Supõe-se que a falta de correlação entre as ações do tempo presente e seus projetos futuros seja reflexo da perda de linearidade das trajetórias para a vida adulta. Os processos convencionais de transição para a vida adulta, marcados por sequências lineares (formação-trabalho-aposentadoria) estão convivendo com formas “dessequenciadas”/não-lineares, por vezes, caracterizadas por trajetórias reversíveis. A transição para a vida adulta aparece para a maioria dos jovens como um labirinto, que os obriga a busca constante de articular os princípios da realidade, do dever e do querer, colocando-os diante de encruzilhadas onde jogam a vida e o futuro (Dayrell, 2007).

Os processos de transição têm sido cada vez mais extensos e diversificados. Aos jovens da pesquisa, que deparam-se com a falta de recursos materiais para prosseguir os estudos em nível superior, cabe recorrer à inserção no mercado de trabalho, embora precário, enquanto estratégia para assumir o estatuto de adulto, independente financeiramente, para, assim, arcar com os custos da continuidade dos estudos. A busca por inserção no ensino superior dá-se com vista à ascensão social e melhora das condições de vida, individual e da família, como apontado pelos jovens.

Além das dificuldades de elaborar estratégias para realização de seus projetos de vida, os jovens demonstram dificuldades de vislumbrar alternativas na impossibilidade de realização de seus projetos. Ao serem questionados sobre essa possibilidade os jovens mostram-se perdidos e parecem não vislumbrar uma alternativa imediata. Alegam sentimento de decepção, tristeza, frustração, e insistem em não desistir de seus projetos.

O meu sentimento, tristeza, angústia, coração partido, todos sentimentos ruins, eu ia chorar muito, eu ia ficar muito triste (...) Nossa, eu vou ficar decepcionadamente decepcionada, meu Deus, nem sei, não quero nem pensar nisso senão vou ficar doida aqui (rs) eu não quero pensar nisso, de não passar. (Jovem 1)

A alternativa é nunca desisti fi, é esperar. (Jovem 2)

Como afirma Leão e Carmo (2010, s/n) “os jovens manifestam, de maneira geral, muitas dúvidas sobre os projetos de futuro, oscilando entre a incerteza quanto às escolhas dos cursos e profissões e a insegurança quanto à possibilidade de realização de suas expectativas”. Considera-se que os projetos são passíveis de transformação, conforme afirma Velho (2008, p. 29)

Os projetos mudam, um pode ser substituído por outro, podem transformar-se. O “mundo” dos projetos é essencialmente dinâmico, na medida em que os atores têm uma biografia, isto é, vivem no tempo e na sociedade, ou seja, sujeito à ação de outros atores e as mudanças sócio-históricas.

No tocante aos projetos de vida apresentados, construídos pelos jovens no tempo presente, tem-se que encontram dificuldades para sua realização em decorrência de uma série de fatores, dentre eles a conjuntura atual, marcada pela falta de lugar no mercado de trabalho, que não garante ocupação para toda mão-de-obra qualificada. Os jovens entrevistados enfrentam, ainda, a particularidade da discriminação e preconceito pelo local de moradia. Segundo Novaes (2008) algumas localidades, além de indicadores de subalternidade econômica e diferenciação de classe social, carregam o estigma de áreas subjugadas pela criminalidade e negatividades, que interfere na visão de seus moradores, cerceando suas possibilidades. O local de moradia coloca-se como critério de diferenciação da vivência da juventude, podendo influenciar na trajetória dos jovens, como, por exemplo, na inserção no mercado de trabalho. Conforme indicado por um jovem da pesquisa, o fato de morar no Parque das Águas é um dificultador na busca por emprego.

(...) um local onde que a gente está aqui é meio difícil, Parque das Águas é bastante conhecido ai em Juiz de Fora, ai como a gente é conhecido fica muito difícil da gente arrumar emprego, se a gente não causar uma boa impressão de primeira fi, vai ficar, vai ser muito difícil. (Jovem 2)

O local de moradia coloca limites às possibilidades dos jovens, em decorrência, principalmente, do alto índice de violência no local, que causa medo e insegurança aos moradores. A dificuldade de sair de casa, ou retornar a noite, é apontada pelos jovens enquanto um dificultador para realização de seus projetos.

(...) eu queria fazer um curso esse ano, terminando o terceiro, fazendo junto, só que eu não faço porque lá em cima é muito violento, e eu pra chegar tarde eu não chego, que seria a noite, então eu não fiz, não faço, o curso que teve

do ENEM, na UF, eu não fiz porque eu não chego, não ando sozinha lá de noite, então isso atrapalha bastante. (Jovem 5)

Porque lá, lá é muita coisa acontecendo, é muita coisa acontecendo, eu, praticamente, por uns tempo atrás ai eu não podia sair de casa, não podia sair de casa porque tava dando muita briga (...) Então isso me atrapalha, porque eu antigamente não tava nem podendo pisar na rua porque senão tinha um querendo me bater, não podia sair, não podia sair pra cidade porque tinha algum querendo me bater. Como que eu ia sair desse jeito? (Jovem 2)

O conflito existente no território acaba interferindo na busca pela realização dos projetos de vida dos jovens. O fato de não conseguir frequentar um cursinho preparatório para o vestibular gratuito, oferecido na cidade, por ser à noite e não poder voltar sozinha para casa, acaba comprometendo o projeto de uma jovem de ingressar no ensino superior, uma vez que frequenta o ensino público precário e a família não tem condições de arcar com os custos de um cursinho preparatório particular. Outro fato é o jovem que relata o impedimento de sair de casa que dificulta a busca pelo emprego, este mesmo jovem é o que aborda a questão do preconceito pelo local de moradia, que diferencia os moradores e pode influenciar na inserção no mercado de trabalho.

Pode-se concluir, portanto, que a dinâmica do território em que os jovens encontram-se inseridos interfere de alguma forma na realização de seus projetos, uma vez que dificulta a busca por meios de realiza-los, como a realização do cursinho preparatório e a procura por emprego. Dessa forma, o território aparece como um elemento que afeta as estruturas de oportunidades dos indivíduos, visto que diminui as possibilidades de acumulação de ativos aos jovens pobres, impossibilitando que entrem em contato com recursos diferentes dos que circulam regularmente em seu entorno.

No entanto, quando os jovens foram questionados se o local de moradia poderia interferir na realização de seus projetos de vida foi unânime a negativa, na maioria das vezes justificada pelo não envolvimento com os demais moradores do empreendimento, numa tentativa de diferenciação.

Não, porque eu não saio muito de casa [...] eu não fico me misturando muito com esses meninos, esses meninos que ficam usando droga, sabe, não me influencia não, acho que não vai me atrapalhar não. (Jovem 1)

Ah, lá em cima assim, eu quase não tenho colega lá, chego em casa agora eu fico lá jogando vídeo game, arrumo casa lá, fico jogando vídeo game, mexendo no facebook, assim, porque do lado de fora, eu quase não saio do lado de fora. (Jovem 3)

[...] eu nem saio de casa, lá em cima eu não saio não, eu saio assim de lá pra outro bairro, ali eu não fico na rua, eu não tenho muito contato assim, porque lá muito... o pessoal é muito diferente sabe. (Jovem 5)

Os jovens parecem não reconhecerem-se enquanto membros de uma condição social comum, enquanto participantes de um mesmo tempo-espaço, marcado pelas mesmas condições e vulnerabilidades. A falta de socialização e interação dos moradores dificulta a conformação de identidade e a criação de redes de proteção e relação social.

A sociabilidade juvenil responde a necessidade de comunicação, de solidariedade, de democracia, de autonomia, de trocas afetivas e, principalmente, de identidade, construída, especialmente, no tempo da juventude, em que as relações sociais tendem a se estender. As trocas sociais ocorrerem no fluxo cotidiano e também no interior das instituições, seja no trabalho ou na escola, possuindo centralidade na dimensão da condição juvenil.

O lugar de moradia surge enquanto suporte e mediação dessa sociabilidade, onde se desenvolvem as relações de amizade e lazer, os indivíduos enfrentam os mecanismos de violência urbana e vivem na luta pela sobrevivência. Mas, no que se refere aos jovens da pesquisa, o lugar aparece enquanto dificultador da sociabilidade, uma vez que existe um conflito gerado no território pela dinâmica de ocupação do empreendimento, que, ao desconsiderar o conflito territorial existente entre os moradores de diferentes bairros e região da cidade no momento da distribuição, fez eclodir várias formas de violência no local, dificultando a conformação de identidade e inviabilizando a busca por superação das adversidades. Os jovens da pesquisa, apesar de lidar com as mesmas dificuldades, enfrentar as mesmas formas de violência urbana e luta pela sobrevivência, não se reconhecem enquanto membros de uma mesma condição social.

Segundo Dayrell (2006) o lugar social dos jovens vai determinar, em parte, os limites e as possibilidades com os quais constroem uma determinada condição juvenil. Os jovens das camadas populares enfrentam a condição de pobreza, aliada a condição juvenil, que interfere na trajetória de vida e nas possibilidades e sentidos assumidos, vivendo uma tensão entre a garantia de sobrevivência e um possível projeto de futuro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho buscou compreender a maneira como a particularidade da formação social onde o jovem se desenvolve interfere na construção e realização de seus projetos de vida. Diante do cenário social atual, em que são impostas exigências excessivas de formação profissional para garantir a inserção no mercado de trabalho, os jovens entrevistados apostam na educação superior enquanto mecanismo privilegiado de inserção e ascensão no mercado de trabalho. Criou-se um consenso da “escola como passaporte para o futuro”, da educação enquanto garantia de um “futuro melhor”, com forte apelo social. No entanto, as mudanças no mundo do trabalho vêm delimitando o universo de experiências dos jovens e seu campo de possibilidades, atingidos, principalmente, pelo desemprego, desassalariamento e inserção em postos de trabalho precários, como tratado no decorrer do trabalho.

Embora os jovens atribuam importância e significado à educação na transição para a vida adulta e apostem na ideia de que um maior tempo de escolaridade os tornaria “empregáveis”, é importante sinalizar que não basta ser “empregável” em uma sociedade que não cria novos empregos, submetida que está na lógica de crise do capital, que cria um novo cenário marcado, especialmente, pelo desemprego estrutural e crescimento da pobreza e da miséria.

Ainda assim, é importante considerar que esses jovens se deparam com uma maior gama de oportunidades educacionais atualmente, embora submetidos a um cenário de desigualdades, que alimenta a distância entre suas expectativas e as condições para sua realização. Ainda que submetidos às restrições de sua condição de classe, nas sociedades modernas os jovens tornam-se portadores de um destino (Heller, 1987), que corresponde a possibilidades de escolhas postas aos indivíduos na vivência do tempo presente. A expansão do ensino superior tem garantido a incorporação de jovens de classes sociais tradicionalmente excluídos desse nível de ensino, embora a conjuntura social atual não garanta a aquisição imediata de ocupação no mercado de trabalho ao final desse percurso.

Com relação aos jovens envolvidos na pesquisa, parece haver um caminho delineado para os mesmos, visto que, no imaginário social, a juventude do condomínio Parque das Águas é, recorrentemente, associada à violência e à criminalidade, concepção amplamente divulgada pelos meios de comunicação com noticiários dos jovens envolvidos com mortes e outros tipos de violência. Sempre que se houve falar dos jovens do empreendimento estes são considerados violentos, responsáveis por levar a violência para a região, desconsiderando o

cenário de pobreza e exclusão a que a juventude do local está submetida e que lhes apresenta, em muitos casos, uma vida vazia de sentido.

Além de carregarem o estigma relacionado à violência, os jovens residentes no empreendimento são caracterizados como jovens pobres, por serem moradores em um conjunto habitacional destinado a famílias de baixa renda. O local de moradia transforma-se, portanto, num critério de diferenciação, a partir do qual os jovens enfrentam a subalternidade econômica e de classe social, o preconceito e a estigmatização, que acabam limitando suas possibilidades, condenando-os a experiência de fracasso e menos valia. Ainda assim, com base nas entrevistas realizadas, é possível encontrar jovens que, mesmo diante das adversidades, buscam construir projetos de vida alternativos à violência vivenciada no local, apostando no estudo e/ou trabalho enquanto possibilidade de superação da condição de pobreza.

Os projetos de vida apresentados pelos jovens entrevistados mostram-se alternativos à violência vivenciada diariamente no empreendimento, visto que embora envoltos as desigualdades e limitações do local de moradia, bem como submetidos às possibilidades de inserção nas atividades ilegais do narcotráfico, os jovens pesquisados apresentam como perspectiva a continuidade dos estudos e conciliação com o trabalho, numa tentativa de diferenciação, na busca por desconstruir a imagem negativa da juventude do local, por possibilidades de superação da condição de pobreza e por meio do vislumbre de um futuro de perspectivas. Considera-se que o fato de as entrevistas terem sido realizadas na escola, com jovens alunos concluintes do ensino médio, possa ter influenciado no resultado encontrado.

Considerando que a particularidade da formação social onde o jovem se desenvolve possa interferir nos seus projetos de vida, respondendo a indagação feita a partir do estudo da dissertação, foi possível perceber, por meio das entrevistas, que a dinâmica do território a que os jovens estão submetidos interfere, de alguma maneira, na realização de seus projetos de vida, visto que vários fatores dificultam a busca por meio de realiza-los, como a dificuldade de realizar um cursinho preparatório devido as dificuldades de retornar à noite para o empreendimento e as barreiras colocadas na busca por emprego, relacionadas a questões subjetivas e materiais, como a dificuldade de sair do bairro e o estigma relacionado aos moradores do local. O território afeta, portanto, as estruturas de oportunidades dos indivíduos, diminuindo suas possibilidades de acumulação de ativos, o que dificulta, mas não impossibilita, a realização de seus projetos de vida.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, H. W. Condição Juvenil no Brasil contemporâneo. In: ABRAMO, H. W. e BRANCO, P. P. M. (Org.). **Retratos da Juventude Brasileira**. Análises de uma pesquisa nacional. São Paulo, Editora Perseu Abramo, 2005.

_____. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**. São Paulo: Departamento de Sociologia, Universidade de São Paulo: n.5, p.25-36, mai./jun./jul./ago., 1997

BRITO, F.; VILLAR, A.; BLANK, J. Será guerra?. In: BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

CAMARANO, A. A. et al. Caminhos para a vida adulta: as múltiplas trajetórias dos jovens brasileiros. Santiago: Última década. 2004, vol. 12, n. 21, p. 11-50.

CASSAB, M. A. T. **Jovens pobres e o futuro: a construção da subjetividade na instabilidade e incerteza**. Niterói: Intertexto, 2001.

_____; REIS, J. R. dos. Juventude e cidade: um debate sobre regulação do território. In: **Revista Praia Vermelha**, Rio de Janeiro, v. 19, n. 2, 2009. p. 143-154.

_____; PORTELLA, M. C. R. O projeto UFJF: Território de Oportunidades. In: _____. (Org.). **Para Construir Espaços Solidários: uma metodologia de trabalho com jovens**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2006.

CASTRO, L. R. A Complexidade de Viver na Cidade Grande. In: _____. (Org.). **Aventura Urbana: Crianças e jovens no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Letras, 2004.

CASTRO, M. G.; ABRAMOVAY, M. **Por um novo paradigma do fazer políticas: políticas de/para/com juventudes**. Brasília: UNESCO, 2003.

_____; CORROCHANO, M. C. Juventude, socialização e transição para a vida adulta. In: GUIMARÃES, M. T. C.; SOUSA, S. M. G. (Org.). **Juventude e contemporaneidade: desafios e perspectivas**. Goiânia: Editora UFG, 2009. p. 119-136.

COMIN, A. A. e BARBOSA, R. J. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. São Paulo: CEBRAP. 2011, n. 91, p. 75-95.

DAYRELL, J. T. A escola “faz” as juventudes? Reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 28, n. 100 – Especial, p. 1105-1128, Out. 2007.

_____. O jovem como sujeito social. In: CARRANO, P.; FÁVERO, O.; NOVAES, R. R.; SPÓSITO, M. P. (Orgs.). **Juventude e Contemporaneidade**. Brasília, UNESCO, MEC, ANPEd, 2007. p. 155-176.

DIAS, M. N. A. **Os Limites do Programa Bolsa Família**. 2014. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social do Rio de Janeiro, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.

ESTEVEES, L. C. G.; ABRAMOVAY, M. Juventude, Juventudes: pelos outros e por elas mesmas. In: ABRAMOVAY, M; ANDRADE, E. R.; ESTEVES, L. C. G. (Orgs.) **Juventudes: outros olhares sobre a diversidade**. Brasília: Ministério da Educação, UNESCO, 2007. p. 21-56.

FEFFERMANN, M. O cotidiano dos jovens trabalhadores do tráfico. **Revista Segurança Urbana e Juventude**. Araraquara, v. 1, n. 2, 2008. Disponível em: <<http://seer.fclar.unesp.br/seguranca/article/view/1383/1084>>; acesso em maio 2014.

FERNANDEZ, A. F. **Efeitos do território sobre os processos de transição para a vida adulta**: estudo de caso do Município de São Gonçalo. 2012. 139 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação da Baixada Fluminense, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

FERREIRA, M. D. P. Juventude, escola e trabalho: uma aproximação é necessária. Mônica Peregrino. **Boletim CEDES**. Jan./Mar. 2014.

_____. Juventude e escola. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. **Juventudes Contemporâneas**: um mosaico de possibilidades. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 81-98. FRAGA, P. C. P.; IULIANELLI, J. A. S. **Jovens em tempo real**. Rio de Janeiro: DP & A, 2003.

GROPPO, L. A. **Juventude: ensaios sobre sociologia e história das juventudes modernas**. Rio de Janeiro, IDIFEL, 2000.

HAESBAERT, R. Identidades Territoriais. In: ROSENDAHL, Z. CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da Cultura no Espaço**. Rio de Janeiro: Eduerj, 1999. p. 167-190.

HARVEY, D. O direito à cidade. **Revista Piauí**. Ed. 82, Jul. 2013. Disponível em: <<http://revistapiaui.estadao.com.br/edicao-82/tribuna-livre-da-luta-de-classes/o-direito-a-cidade>> Acesso em: abr. 2014.

_____. **O enigma do capital**: as crises do capitalismo. São Paulo: Boitempo, 2011.

HELLER, A.; FEHÉR, F. **A condição política pós-moderna**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1987.

IBGE. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios. vol. 32. Brasil, 2012.

IPEA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Boletim Juventude Informa**. Ano 1, n. 1, Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/5052/Boletim_Juventude_Informa_Educacao_-_n1.pdf>. Acesso em: jan, 2015.

IPEA; SECRETARIA NACIONAL DE JUVENTUDE. **Boletim Juventude Informa**. Ano 1, n. 2, Brasília: IPEA, 2014. Disponível em: <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0009/3189/BoletimJuventudeInforma2-Trabalho-Web.pdf>>. Acesso em: jan, 2015.

KURZ, R. **O Colapso da Modernização**: Da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

_____. **Os últimos combates**. Petrópolis: Vozes, 1998.

LEÃO, G. Entre sonhos e projetos de jovens, a escola. In: DAYRELL, J.; MOREIRA, M. I. C.; STENGEL, M. **Juventudes Contemporâneas: um mosaico de possibilidades**. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2011. p. 99-116.

_____.; CARMO, L. C. A escolarização e o trabalho no horizonte de jovens de um curso pós-médio. Disponível em: <http://observatoriodajuventude.ufmg.br/publication/709/wppa_open/> Acesso em: Mai. 2015.

_____.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Jovens olhares sobre a escola do ensino médio. **Caderno Cedes**, Campinas, vol. 31, n. 84, p. 253-273, Mai./Ago. 2011. LEFEVRE, H. **O direito à cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

_____.; DAYRELL, J. T.; REIS, J. B. Juventude, projetos de vida e ensino médio. **Educ. Soc.**, Campinas, vol. 32, n. 117, Out./Dez. 2011.

MACHADO DA SILVA, L. **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

MANNHEIM, K. O problema sociológico das gerações. In: FORACCHI, M (Org.). **Mannheim**. São Paulo: Ática, 1982.

MARX, K. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro I. v. 1. 30ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. vol. 1, tomo 1. São Paulo: Abril Cultural, 1984a.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. vol. 1, tomo 2. São Paulo: Abril Cultural, 1984b.

_____. **O Capital**. Crítica da economia política. Livro Terceiro. v. IV. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980.

MENDES, J. T. N. Juventude e Geração: a relação entre presente, passado e futuro. In: JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS. 5, 2011, São Luís.

_____. **O Projeto de Vida dos Jovens Pobres na Vivência do Tempo Presente**. 2008. 136 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

MENEGAT, M. Prefácio: A crítica do valor bate à sua porta. In: BRITO, F.; OLIVEIRA, P. R. **Até o último homem**. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Sem lenço nem aceno de adeus**. Formação de massas em tempo de barbárie: como a esquerda social pode enfrentar esta questão? Disponível em: <http://www.ess.ufrj.br/ejornal/index.php/praiavermelha/article/view/41/26> Acesso em julho 2014.

MESQUITA, M. R. O Desemprego Juvenil e a Crise Social no Brasil Atual. Disponível em: <http://www.polemica.uerj.br/pol22/cquestoes/artigos/contemp_1.pdf> Acesso em: 27 maio 2014.

MÉSZÁROS, I. **A Crise Estrutural do Capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

MINAYO, M. C. S.. **O desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 8. ed. São Paulo: Hucitec, 2004.

MONDORNO, M. L. Identidades territoriais e globalização: a relação entre espaço, política e cultura no processo de des-re-territorialização. **Geo UERJ**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 19, p. 111-137, 2011

NEGREIROS, A.; CASSAB, C.; PINTO, M. B. Localização do MCMV na dinâmica de urbanização da cidade de Juiz de fora. 2014. In: III Seminário de Pós-Graduação em Geografia da UFJF, 2014.

NETTO, J. P. Capitalismo e barbárie contemporânea. **Argumentum**, Vitória (ES), v.4, n.1, jan./jun. 2012. p. 202-222.

_____. **Crise do socialismo e a ofensiva neoliberal**. São Paulo: Cortez, 2001.

NOVAES, R. Juventude, exclusão e inclusão social: aspectos e controvérsias um debate em curso. In: FREITAS, M. V. de; PAPA, F. de C. (Orgs.). **Políticas Públicas: juventude em pauta**. 2ª ed. São Paulo: Cortez: Ação Educativa Assessoria, Pesquisa e Informação: Fundação Friedrich Ebert, 2008. p. 121-141.

PEREIRA, V. S. **Pobreza e Mercadoria: as raízes e determinantes contemporâneos**. 2013. 249 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Escola de Serviço Social, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013.

SANTOS, Ana Cláudia dos; SOARES, Camila Aparecida de Lima; VICENTE, Maria Alice de Souza. **O programa Minha Casa Minha Vida e as novas condições de segregação territorial da população negra: Um ensaio sobre os moradores do Parque das Águas – Juiz de Fora**. 2014. 96 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) – Faculdade de Serviço Social, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2014.

SANTOS, M. **O Espaço do cidadão**. 2ª ed. São Paulo: Nobel, 1993.

SPOSITO, M. P. Apresentação. In: CARRANO, P. C. R. (Org.). Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas. Rio de Janeiro: Relume Dumará: FAPERJ, 2002.

ROLNIK, R. **O que é cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1988.

TEIXEIRA, E. J. Juventude pobre, participação e redes de solidariedade na construção do projeto de vida. 2005. 139 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) – Instituto de Psicologia, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

TELLES, V. S.; CABANES, R. **Nas tramas da cidade: trajetórias urbanas e seus territórios**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2006.

_____ ; HIRATA, D. V. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. Estudos Avançados. Cidade, p. 173-191, 2007.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE MINAS GERAIS. Observatório da Juventude. A exclusão de jovens de 15 a 17 anos do ensino médio no Brasil: desafios e perspectivas. Relatório de Pesquisa. Minas Gerais, 2013. VELHO, G. **Individualismo e cultura**: notas para uma antropologia da sociedade contemporânea. 8. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2008.

VILLAÇA, F. **Espaço intra-urbano no Brasil**. São Paulo: Fapesp, 2001.

YASBEK, M. C. Pobreza e exclusão social: expressões da questão social. **Temporalis**. ABEPSS, Brasília, ano III, n. 3, jan./jun. 2001. p. 33-40.

ANEXO 1: Roteiro das Entrevistas (1)**I- Identificação****Gênero:** ()F ()M**Idade:** ____ anos**Série:** ____ ano ensino médio**Escolaridade dos responsáveis:** () 1º grau incompleto () 1º grau completo
() 2º grau incompleto () 2º grau completo**II- Roteiro**

- 1- O que significa ser jovem para você?
- 2- Que projetos você tem para o futuro? O que pretende fazer quando terminar o Ensino Médio?
- 3- O seu projeto de vida está relacionado à sua história de vida?
- 4- O que te ajuda e o que te atrapalha na realização desse projeto?
- 5- O lugar que você mora interfere no seu projeto de vida ou na busca por sua realização?
- 6- Como são suas relações no Parque das Águas? (Amizades, grupos, atividades etc.)
- 7- Como é seu dia-a-dia?
- 8- O que mudou depois que veio para o Parque das Águas?
- 9- O que é ser jovem no Parque das Águas? Como o jovem do Parque das Águas é visto?

ANEXO 2: Roteiro das Entrevistas (2)

- 1- Qual é o seu entendimento de periferia?
- 2- Qual a diferença do bairro de origem e do Parque das Águas?
- 3- Quais as dificuldades se vivenciam na periferia?
- 4- Em que circunstâncias foi construído seu projeto de vida? Ele é anterior à vinda para o Parque das Águas?
- 5- Quais as dificuldades você imagina que irá encontrar para realização do seu projeto de vida? (**Filme:** *5x favela agora por nós mesmos* – cena: 01:50 - 10:15)
- 6- O que significa não realizar esse projeto de vida? Qual seria a alternativa?
- 7- O que se pretende mudar com a realização desse projeto de vida? (**Filme:** *5x favela agora por nós mesmos* – cena: 22:55 – 23:20)